

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 232 • Julho de 1988 • Cz\$ 120,00

MOVIMENTO OPERÁRIO

Memória, identidade e dilemas



**Revista mensal
do CEDI**

Julho 88

**CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (021) 205-5197
Telex: 021 37982 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
02138 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR

Conselho Editorial

Aloizio Mercadante Oliva
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
José Roberto Pereira Novaes
Luiz Eduardo Wanderley
Milton Schwantes
Rubem Alves

Editor

Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente

Marco Antônio Piva

Jornalista Responsável

Marco Antônio Piva
Reg. Prof. n.º 12.911

Secretário de Redação e

Editor de Arte
Flávio Irala

Revisão

Rosana de Lima Soares

Diagramação e

Secretaria Gráfica
Marta Cerqueira Leite Guerra

Capa

Luiz Rodolfo Trimano

Fotolito, Impressão e

Acabamento
Gráfica Pirâmide

Edição realizada com a assessoria
do Programa "Memória e
Acompanhamento do Movimento
Operário" do CEDI

Os artigos assinados não
traduzem necessariamente a
opinião da revista.

Preço do exemplar avulso:

Cz\$ 120,00

Assinatura anual

Cz\$ 1.000,00

Assinatura de apoio

Cz\$ 1.500,00

Cartas

Estou enviando três novas assinaturas da revista *Tempo e Presença*. Mais uma vez quero parabenizar toda a equipe do CEDI pela qualidade da revista e o seu compromisso com o processo de libertação dos pobres, da América Latina e do Terceiro Mundo em geral, rumo a uma sociedade sem escravos e sem senhores, uma sociedade socialista e democrática.

Cezário Vieira Santos Filho
São Paulo, SP

Por múltiplas circunstâncias não pude comunicar-lhes nossa mudança de endereço. Agora, estamos iniciando um novo trabalho na província mexicana de Michoacán, especificamente em Morelia. Assim que for possível, estaremos enviando nossos materiais.

Tenham a certeza de que sua revista é utilizada tanto por pessoas como por instituições solidárias, de caráter popular e de outros níveis político e academicamente organizados, tendo como eixo articulador o cristianismo em sua perspectiva libertadora. Muito obrigado e logo vocês terão notícias mais amplas sobre nosso esforço.

Raúl Vidales
Morelia, México

Recebemos com satisfação sua revista *Tempo e Presença*, a qual, efetivamente, é muito oportuna e do nosso grande interesse. Agradecemos a atenciosa lembrança e nos colocamos a disposição para a colaboração que se julgar necessária.

Aldo da Cunha Rebouças
Instituto de Geociências da USP
São Paulo, SP

Tenho lido nossa ótima revista. Sempre muito boa. Tenho tentado ajudar na divulgação do conteúdo dela e arranjando assinantes também.

Alzemira Miranda
Brasília, DF

É com alegria que há pouco tempo tomei conhecimento da revista aqui na Universidade de Caxias do Sul, sendo, inclusive, motivado pelos colegas a uma análise mais profunda e ampla destas novas páginas, "caroneiras da verdade"!

Meus parabéns pelo trabalho de vocês e, mais do que isto, quero conhecê-lo mais. Para tanto peço, se for possível, maiores dados a respeito de como assiná-la e, juntamente com os mesmos, alguns exemplares para uma maior verificação, ok?

Gildo Carvalho
Caxias do Sul, RS

Venho pela presente, renovar assinatura de *Tempo e Presença*. Aliás, parabenizo-a por sua nova forma e material, pois quanto ao conteúdo continua sendo precisa e oportuna.

Rev. Domingos Sávio Evaristo
Jataí, GO

Vimos agradecer pela oferta do exemplar da revista *Tempo e Presença*, edição de maio, bem como informar-lhes que aceitamos e que será de grande utilidade em nossa biblioteca.

Contamos com sua colaboração.

Rodrigo Lara Mesquita
Fundação SOS Mata Atlântica
São Paulo, SP

Nota da Redação

Agradecemos a gentileza do jornalista Vicente Martins, do diário cearense *O Estado*, pela divulgação, em sua coluna, da revista *Tempo e Presença*. Iniciativas como essa renovam nosso compromisso em oferecer aos leitores uma publicação que retrate a realidade brasileira e latino-americana na perspectiva da pastoral popular e dos movimentos populares.

PUBLICAÇÕES DO CEDI

PASTORAL PROTESTANTE

Evangelização no Brasil de hoje.....	Cz\$ 440,00
A experiência da fé.....	Cz\$ 580,00
Pão, vinho e amizade.....	Cz\$ 900,00
De dentro do furacão.....	Cz\$ 800,00
Missão e evangelização.....	Cz\$ 300,00

MOVIMENTO OPERÁRIO

História dos metalúrgicos de S. Caetano.....	Cz\$ 490,00
Trabalhadores urbanos 82/84.....	Cz\$ 980,00
CUT nas campanhas salariais.....	Cz\$ 150,00
Revista Apoio — Os trabalhadores na indústria bélica.....	Cz\$ 100,00

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Volume 3 - Amapá/Norte do Pará.....	Cz\$ 2.000,00
Volume 5 - Javari.....	Cz\$ 1.300,00
Volume 8 - Sudeste do Pará (Tocantins).....	Cz\$ 1.890,00
Povos indígenas no Brasil 83.....	Cz\$ 1.000,00
Povos indígenas no Brasil 84.....	Cz\$ 1.500,00
Povos indígenas no Brasil 85/86.....	Cz\$ 3.400,00
Dossiê Terras indígenas no Brasil.....	Cz\$ 770,00
Dossiê Empresas de mineração e terras indígenas na Amazônia.....	Cz\$ 770,00

Índice

Movimento operário

- 4 DILEMAS DO MOVIMENTO SINDICAL
A 12 ANOS DO SÉCULO 21
Aloizio Mercadante Oliva
- 10 MEMÓRIA E IDENTIDADE: REFLEXO
DE UM ESPELHO QUEBRADO
Osmar Medeiros Souza
- 13 ITALIANOS E MOVIMENTO OPERÁRIO
João Alves de Lima e
Nilde Balcão
- 16 FOTOGRAFIA E LUTA DE CLASSES
Vera Lucia Jursys
- 21 HOBBSBORN NO BRASIL
Maurício Broinizi Pereira
- 23 INDÚSTRIA BÉLICA E A
CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA
Ruy de Góes Leite de Barros

Anote

- 26 CONSTANTE CASTELLANI: A ESCOLA
DOS METALÚRGICOS DE SANTO
ANDRÉ
DEZ ANOS DE UMA GREVE
HISTÓRICA
EDER SADER: A PAIXÃO PELA
LIBERDADE

Constituinte

- 28 OS DIREITOS DOS TRABALHADORES
NA CONSTITUINTE
José Renato Vieira Martins

Igrejas

- 30 DESAFIOS ATUAIS DA PASTORAL
POPULAR
Clodovis Boff
- 33 GUSTAVO GUTIÉRREZ: UM PERFIL
AMIGO
Frei Betto

África do Sul

- 36 WINNIE MANDELA
Entrevista a João Guilherme Bihel

Rubem Alves

- 38 AS DELÍCIAS DA IMPUNIDADE

Bíblia hoje

- 40 O JULGAMENTO QUE VEM DOS
DESTROÇOS
Rosângela Soares de Oliveira

Livros

- 43 A CLASSE OPERÁRIA SEGUNDO
THOMPSON
José Ricardo Ramalho

Novos horizontes, perspectivas diferentes de luta

Participamos, nessa última década, de extensas transformações nos diversos níveis da organização social que, certamente, produzirão repercussões profundas nos vários segmentos da sociedade. Trata-se de um processo complexo que questiona formas de produção econômica, teorias estabelecidas, estratégias políticas, sistemas éticos e afirmações confessionais. É certo que a fonte principal dessas modificações se concentra nos países ricos e fazem parte de uma consolidação do sistema dominante, mesmo que possa haver uma certa transição dos pólos hegemônicos desse bloco que mantém o controle tecnológico e econômico do mundo.

Em nossos países subdesenvolvidos, com uma população majoritariamente pobre e carente do mínimo dos atendimentos básicos, essa discussão e mesmo esses reflexos, no momento, aparecem de forma marginal e sem muita transparência. Mas a rapidez e a profundidade dessas transformações correm o risco de nos alcançar sem que tenhamos percebido os seus mecanismos e amadurecido as novas questões que nos colocam e que acarretarão graves influências no fortalecimento dos movimentos populares.

Para a classe operária, principalmente para os setores participantes das indústrias transnacionalizadas e de alta sofisticação tecnológica, esses novos desafios começam a se tornar evidentes e levantam dilemas que exigem elevado nível de compreensão

política e discernimento da conjuntura que atravessamos. É assunto muito importante que certamente trará consequências para toda a sociedade, especialmente para os trabalhadores. Elas devem transformar estruturalmente a economia, com implicações sobre a oferta de emprego, índices de produtividade, uso de recursos naturais e inevitáveis reflexos sobre a organização social.

Esse novo momento em que o mundo parece entrar coincide com o final do século e o início do terceiro milênio da humanidade. Teremos que nos defrontar com questões desafiantes sobre as quais ainda não elaboramos o suficiente para compreendermos a sua extensão e consequências.

Neste número de Tempo e Presença apresentamos um trabalho que enfoca especialmente os novos dilemas do movimento sindicalista, mas traça considerações que atingem outros segmentos sociais, inclusive os setores das igrejas comprometidos com os movimentos populares. É material importante para debate e reflexão.

Os desafios são grandes, os dilemas nos impulsionam à insegurança e à perplexidade, mas o processo de luta dos trabalhadores está alcançando outro patamar e a crescente participação de segmentos sociais anteriormente discriminados, que se incorporam aos já comprometidos com a justiça e com a paz, indica que o novo horizonte que se delineia deve ser marcado pela plenitude dos princípios democráticos.

Dilemas do movimento sindical a 12 anos do século 21



Aloizio Mercadante Oliva

*Para Pedro e Mariana, meus filhos,
que terão quinze e dezessete anos
no reveillon do ano 2000.*

Estamos vivendo um momento da história marcado por aceleradas transformações e recorrentes e profundas crises. Um processo complexo, multidimensional, que afeta os principais aspectos de nossa vida cotidiana e desafia as verdades teóricas e políticas aparentemente estabelecidas. De um lado, temos que nos defrontar com a ameaça nuclear e a possibilidade real de um colapso ecológico e a conseqüente extinção da raça humana, uma reflexão obrigatória para o ritual de passagem para o século 21. De ou-

tro, o potencial de transformações, de criatividade e de novas possibilidades acumulado pelo padrão tecnológico que estamos verificando é absolutamente inimaginável. A informática, a biotecnologia e as inovações tecnológicas vão invadindo o nosso dia-a-dia e ampliando nossos sonhos e desafios.

Qual o impacto destas transformações sobre a classe trabalhadora e os sindicatos? Qual o lugar de um continente como a América Latina neste novo cenário internacional? São estas inquietações que nos estimulam a tentar desenvolver um exercício relativamente arriscado e difícil: refletir sobre o futuro. Mas acreditamos que discutir este futuro que já começou é

quase uma questão de sobrevivência e uma dimensão fundamental para ampliarmos nossos horizontes e redefinirmos o próprio significado de nossos projetos políticos. Há uma certa crise de percepção, ao mesmo tempo que emergem novos movimentos sociais, novas iniciativas, enquanto os dogmas e as receitas prontas e acabadas vão envelhecendo nos pequenos guetos políticos.

Estamos vivendo um processo que já está modificando radicalmente o significado do trabalho, do lazer, das relações internacionais, da cultura e da política. Estamos, enfim, diante de novos dilemas no limiar de um novo século deste sofrido planeta.

A revolução tecnológica

As mudanças tecnológicas em andamento são de tal magnitude e profundidade que tendem a transformar substancialmente a estrutura de produção mundial, com implicações decisivas para a economia, a política e a cultura dos povos.

As novas tecnologias podem ser agrupadas em algumas linhas básicas:

a) *Microeletrônica*: possui uma enorme capacidade de transformar as características de uso e transmissão das informações, com implicações decisivas sobre numerosos setores de serviços e administração.

b) *Robótica*: significa a implantação de sistemas de automação ao nível do processo produtivo, com robôs reprogramáveis em função das diversas exigências da produção.

c) *Biotecnologia*: torna possível ao homem modificar a estrutura e o comportamento dos seres vivos e a forma e natureza de sua participação nos processos de transformação produtiva.

d) *Novos materiais*: podem modificar o perfil das demandas de produtos naturais e suas aplicações nos diversos setores da produção manufatureira.

e) *Novas fontes de energia*: a energia fósil, que foi a base do padrão industrial nas últimas décadas, terá que ser substituída. Há várias iniciativas em andamento mas esta é uma das áreas mais problemáticas, especialmente pelos riscos das opções, como a energia nuclear, e pela ausência de uma alternativa compatível com as exigências atuais.

Todo este conjunto de inovações também está associado a novos processos de produção, marcados especialmente por novas formas de gestão e controle do processo produtivo, com importantes implicações para a ação e organização sindicais.

Não há como negar este processo. Tampouco parece recomendável se posicionar contra o progresso tecnológico em si, mas há um grande campo de discussão sobre a quem tem servido e quais suas implicações estratégicas.

Transição da economia mundial

As inovações tecnológicas significam mudanças nas relações de poder e riqueza. A luta pela hegemonia no interior dos grandes blocos capitalistas tende a se acirrar, mas com significativas mudanças de qualidade, o mesmo em relação às economias socialistas. Os projetos para o século 21 começam a se definir:

a) 1992: a Europa unida

No mesmo ano em que a América “comemora” quinhentos anos de “descobrimiento e colonização” e a América Latina vive uma grave e dramática crise, a Europa se unifica. Não haverá mais barreiras alfandegárias e tarifárias, convertendo-se, pelo menos teoricamente, em uma única economia de 320 milhões de consumidores e 120 milhões de trabalhadores.

O “Projeto 1992” está definido em um estudo de 6 mil páginas, produzido pela Comunidade Econômica Européia e possui alguns estímulos decisivos, que estão diretamente associados às novas tecnologias, como a possibilidade de coordenar esforços de pesquisa tecnológica e científica para enfrentar a concorrência crescente dos outros pólos, especialmente EUA e Japão; ou ainda, a especialização da produção frente ao aumento de escala e a conformação de um macro mercado compatível com o aumento de produtividade das novas tecnologias.

É evidente que deverão surgir inúmeros obstáculos, como as disparidades regionais e setoriais, os movimentos migratórios, entre outros. Também é evidente que os trabalhadores não são o sujeito histórico deste processo controlado por grandes grupos monopolistas e marcado pelos poderosos interesses das elites dominantes. No entanto, a Europa definiu um novo projeto histórico para o novo século, que está superando o pessimismo que reinava no velho continente, e disputa seu lugar no neo-imperialismo emergente. Um aspecto que merece destaque é que o movimento sindical, basicamente através da Conferência Européia de Sindicatos, vem procurando intervir neste processo histórico, que coloca grandes desafios e novas exigências para o conjunto dos trabalhadores europeus.

b) Japão: um novo pólo econômico

No plano interno, a economia japonesa tem um vigor impressionante e tende a crescer sua importância relativa no contexto da economia mundial. O Japão, que após a 2ª Guerra possuía um PIB equivalente a 1,5% do PIB mundial, em 1982 já atingia 9%, além de uma população de robôs de 41 mil unidades, quando toda a população do planeta era de 67,3 mil. Há também um movimento de integração nas regiões próximas, como Coreia, Hong Kong, Cingapura, Formosa, Malásia, Indonésia, além da própria China, que esboçam um pólo alternativo na concorrência econômica e comercial internacional, desde o Pacífico. Há uma clara transição do centro de gravidade comercial do Atlântico para o Pacífico.

c) Economias socialistas: glasnost e perestroika

A União Soviética, desde a morte de Lênin, passa pelas mais importantes transformações econômicas e políticas. O projeto de Gorbachev está revelando uma grande ousadia histórica, com riscos imensos, para recuperar — e de forma acelerada — o desenvolvimento das forças produtivas e promover uma reconversão produtiva capaz de absorver as inovações tecnológicas em outros setores, que não a indústria bélica e astronáutica. É inquestionável que o socialismo resolveu questões sociais fundamentais, como emprego, alimentação saúde e educação, para o conjunto da população. Porém, as estimativas econômicas revelam que o PIB soviético, cuja participação no PIB global era de 16,3% em 1950, caiu para 9,1% em 1982. Paralelamente, a corrida militar e nuclear tem consumido aproximadamente 18% do PIB, comprometendo as políticas sociais e investimentos na modernidade. O enfrentamento da burocracia, as redefinições políticas e as iniciativas no plano da política internacional projetaram a URSS no cenário internacional, e avanços significativos estão aparecendo nas relações econômicas e comerciais com o campo capitalista. De outro lado, há divergências profundas no interior do campo socialista sobre o significado, limites e implicações políticas e ideológicas das transformações em curso, sendo que a luta interna tende a se agravar diante das transformações que começam a surgir.

d) EUA: sem um projeto articulado

Na luta pela hegemonia no interior das potências imperialistas, os Estados Unidos aparecem com um imenso poder militar e um enorme controle sobre as instituições supra-nacionais do sistema capitalista, mas sem uma proposta política mais estratégica para o novo período que se inicia. São inúmeros os esforços da economia americana para promover uma reconversão produtiva e assegurar o controle estratégico sobre os setores de ponta da economia mundial. O PIB da economia dos EUA representava 38,1% do PIB mundial em 1950. Em 1970 tinha caído para 32,6% e em 1982 para 27,7%. Este processo revela que, se o planeta continua bipolar no campo político-militar, é crescentemente multipolar no campo econômico e comercial. No interior dos EUA há uma transferência das indústrias do Norte para o Sul, um processo de integração com o Canadá e a fronteira norte do México, mas as eleições presidenciais revelam o vazio político na principal nação imperialista e um relativo isolamento político.

A instabilidade da transição

A potencialidade das novas tecnologias terá que ser mediada por decisões políticas estratégicas. Mais grave é que não só estamos longe desta possibilidade, como a transição que a economia mundial começa a viver parece extremamente complexa e instável.

Neste processo de transição, os Estados nacionais deverão sofrer mudanças importantes. O projeto neoliberal conservador, que tenta amparar no plano político e ideológico as modificações em curso, deve ser analisado dentro do contexto do deslocamento progressivo dos mercados domésticos para macro-mercados e o mercado global, que tende a reforçar as agências coordenadoras supra-nacionais e novos espaços de poder transnacionais. A ausência de políticas coordenadas, a crise da institucionalidade supra-nacional existente, que se move de forma quase que reflexa aos interesses do governo dos Estados Unidos, tende a potencializar as crises, próprias de um período de grandes transformações.

A perda de confiança na Organização das Nações Unidas (ONU), na Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), que nasceram para universalizar e democratizar as decisões políticas internacionais, cresce progressivamente com o imobilismo e falta de poder destes organismos multilaterais. Há uma verdadeira disjunção entre o poder e a ordem econômica e jurídica internacional. Paralelamente, o estoque de dívidas externas, a imposição do dólar como moeda padrão e a falta de mecanismos de fiscalização do sistema financeiro internacional revelam os riscos e a profunda instabilidade do processo de transição descoordenado e imprevisível da economia capitalista internacional.

Impasse na América Latina

Todas estas transformações se processam em um quadro estrutural de desequilíbrios profundos entre Norte e Sul, de injustiças históricas e dominação política.

Os povos da América Latina vivem um dos momentos mais dramáticos de sua história recente, onde o desenvolvimento econômico se encontra diante de um verdadeiro impasse. A renda per capita não cresce há dez anos, não há riqueza nova a ser distribuída.

Este contexto histórico dramático está determinado de forma direta pela dívida

externa, que representa uma nova forma de acumulação de capital imperialista e promove um violento e acelerado processo de centralização de capital. Isto contribui para financiar parte da modernização tecnológica que se verifica no Norte, enquanto condena os povos da América Latina e da maioria dos países do Terceiro Mundo à sua condição histórica de subdesenvolvimento.

A dívida não é simplesmente uma questão financeira e suas implicações não se reduzem à transferência líquida de capital que as economias do continente são obrigadas a realizar e que chegam a atingir 5% do PIB latino-americano. A dívida impede novos investimentos, a modernidade tecnológica e impõe concessões crescentes ao grande capital estrangeiro. O comércio mundial futuro será decisivamente definido pelas novas tecnologias. As vantagens comparativas de mão-de-obra barata ou matéria-prima disponível estão sendo progressivamente eliminadas pelo novo padrão tecnológico.

Estamos assistindo uma reconcentração do parque industrial nos países do Norte. Sendo que no Sul estarão 80% da população mundial até o final do século, com apenas 9% da indústria instalada a nível mundial e repartindo somente cerca de 25% do PIB que atualmente é produzido.

Enquanto esperamos o século 21, com novos horizontes surgindo, 15 milhões de pessoas, na maioria crianças, morrem anualmente de fome no Terceiro Mundo; outros 500 milhões de seres humanos estão gravemente subnutridos. Nada menos do que 40% da população mundial não têm acesso a serviços profissionais de saúde e 30% carecem de água potável. A modernidade, o progresso tecnológico, o aumento de produtividade poderia ser um elemento para contribuir à eliminação deste quadro, mas, ao contrário das aparências, a nova modernidade tende a promover maior concentração de poder e riqueza.

Sindicatos: novos dilemas

A classe trabalhadora e o movimento sindical se encontram frente a um processo que não se reduz a um período desfavorável de correlação de forças, mas uma verdadeira ruptura com todo o contexto histórico e a lógica política do período anterior, que impõem uma reflexão sobre novas estratégias, política de organização e mesmo sobre os valores fundamentais do movimento operário e sindical. De forma muito resumida poderíamos destacar os aspectos centrais que estão modificando

o contexto de atuação e a própria classe trabalhadora:

— Todos os indicadores básicos revelam que grandes áreas de *desemprego estrutural* estão associadas a implantação das novas tecnologias. O desemprego cresce com o processo de desindustrialização dos setores tradicionais e também com a reconversão dos setores de ponta. O trabalho manual, especialmente o trabalho manual da indústria de transformação manufatureira, parece entrar em um período de longo prazo de perda de peso relativo.

Os setores mais duramente atingidos por este processo são os menos protegidos no mercado de trabalho: jovens à procura do primeiro emprego, trabalhadores mais velhos e com menor qualificação, minorias raciais discriminadas e trabalhadores imigrantes.

Nos países industrializados, o desemprego já atinge 30 milhões de trabalhadores (8,5% da população economicamente ativa), ainda que o sistema de proteção social assegure garantias mínimas de renda. Nos países do Terceiro Mundo, o quadro é muito mais grave, especialmente num contexto de recessão econômica associada ao problema da dívida externa. Na América Latina, somente na década de 80 o desemprego cresceu 50%, sendo de 15% a taxa de desemprego aberto e o subemprego superior a 35%, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

— As novas tecnologias promovem uma *fragmentação do corpo social da classe trabalhadora* em inúmeras situações específicas, entre as quais é muito difícil encontrar os elos de solidariedade ou identificar os elementos de homogeneidade interna da classe. A fragmentação tende a polarizar um pequeno núcleo de trabalhadores altamente qualificados e protegidos e uma grande massa de trabalhadores precários, mal-remunerados, com mínima proteção legal, ou permanentemente submetidos à economia informal ou ao *desemprego*.

— Em relação aos *salários e direitos sociais*, o acirramento da concorrência selvagem e incontrolável, a nível nacional e internacional, materializado na implantação das inovações tecnológicas, tende a impor uma maior disciplina patronal nas relações de trabalho e uma "flexibilidade" dos salários para baixo, além da redução progressiva dos gastos sociais públicos. Na América Latina, este processo é muito mais profundo e grave. A dívida externa e as políticas de ajuste do FMI têm imposto um processo recorrente de arrocho de salários, além da dívida pública que é utilizada como instrumento de degradação

dos serviços públicos, especialmente das políticas sociais.

— O *setor de serviços* cresce de forma acentuada. Em muitos países mais de dois terços dos novos postos de trabalho estão nesse setor. A centralidade operário-industrial, historicamente um elemento decisivo no comportamento do movimento sindical, está sendo minada nas industrializações “avançadas”, onde grandes massas de trabalhadores manuais da indústria de transformação são desarticuladas. O movimento de “migração” setorial provocará um impacto crescente na vida e na própria natureza da atividade sindical.

— A atual *ofensiva patronal* nos principais países capitalistas procura recuperar o espaço de poder das classes dominantes no interior da produção e a nível da sociedade. O sistema de negociação centralizado e nacional, promovido de forma tripartite, tem servido para impulsionar um *neocorporativismo*, onde a conciliação de classe tem estado associada a concessões crescentes do movimento sindical.

Há que se ressaltar que os enfrentamentos, na forma de greves prolongadas, greves selvagens, recusa a assinar pactos sociais, também não têm assegurado vitórias significativas. O cenário geral, guardados alguns casos muito específicos nos países capitalistas avançados, é de refluxo e defensiva, independente das posições políticas e ideológicas. Um outro indicador é a queda do número de trabalhadores sindicalizados nos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), formada em sua maioria por países da Europa Ocidental. O fantasma do desemprego tem sido o principal instrumento de “disciplinização” da classe trabalhadora pelo capital.

Porém, o movimento operário e sindical na maioria dos países da América Latina vive um processo de ascenso das lutas, de recomposição orgânica, com tentativas de promover iniciativas unitárias, especialmente frente a dívida externa. O impacto das novas tecnologias e da nova divisão internacional do trabalho é muito desigual. Apesar de todas as diferenças e especificidades, observa-se um avanço da luta sindical, onde o sindicalismo classista e combativo se fortalece de forma significativa, com uma posição de não-alinhamento internacional, como é o caso do Brasil. No entanto, em nosso país os avanços políticos não têm se traduzido em conquistas econômicas significativas, nem possibilitado condições para promover grandes transformações estruturais na sociedade.

— As transformações impostas pela dinâmica de acumulação de capital, associa-

da às novas tecnologias, têm dificultado de forma crescente o auto-reconhecimento da classe operária, especialmente pelo processo de fragmentação a que está submetida. A primeira dimensão deste processo está vinculada à *perda de identidade coletiva*, em função da diminuição do peso relativo do núcleo fundamental da classe operária — os trabalhadores manuais da indústria de transformação — e pela amplitude de situações de assalariamento e crescimento dos setores de serviços e informal. A segunda, está relacionada à perda de sentido, de orientação política e ideológica diante de um contexto de profundas transformações.

Movimento sindical e século 21

Novos dilemas emergem para o movimento sindical. Quais serão os novos caminhos programáticos e organizativos para enfrentar a crise e superá-la? Muitos elementos deste processo histórico estão surgindo e sendo pouco analisados. A realidade está se libertando rapidamente da teoria e das amarras ideológicas do passado. A crise é um momento de destruição de um passado que resiste e a criação de um futuro que ainda não nasceu. O debate sobre os diagnósticos da crise e as estratégias de longo prazo parece extremamente oportuno para uma avaliação das novas formas de ação sindical.

a) A transnacionalização da economia e a internacionalização da ação sindical

As novas tecnologias impulsionam o processo de transnacionalização do capi-

tal e promovem novos centros de poder supra-nacionais, de uma forma geral distantes e fora das esferas de atuação do movimento sindical. Não há regras, limites e controle político sobre as empresas transnacionais, que são um fenômeno histórico de longa duração.

O movimento sindical internacional, especialmente as centrais sindicais mundiais, terá que assumir uma posição mais ativa de atuação e exigir políticas específicas que restrinjam o poder e estabeleçam normas e parâmetros obrigatórios para as empresas transnacionais. Pressões sobre a ONU, OIT e outros organismos parecem ser cada vez mais necessárias. Paralelamente, a negociação coletiva transnacional parece ser uma exigência deste novo período.

b) A Campanha Internacional contra a dívida externa

Temos assistido, nos últimos anos, um esforço do movimento sindical latino-americano para impulsionar uma campanha internacional contra a dívida externa e todas as suas conseqüências históricas. A Federação Sindical Mundial (FSM), a Central Internacional das Organizações do Sindicalismo Livre (Ciosl) e a Confederação Mundial dos Trabalhadores (CMT), têm assumido estas bandeiras e promovido ou apoiado eventos das centrais sindicais do continente. No entanto, os avanços em termos de mobilização articulada, jornadas de lutas nos diversos países, não têm sido muito significativos.

Há uma outra dimensão desta luta que é assegurar a participação das centrais sin-



dicais dos países do Norte neste processo, que podem, inclusive, pressionar diretamente os centros de poder que determinam a evolução da dívida externa e todas suas implicações. Mas este nível de compromisso raramente tem ocorrido, porque exige uma nova qualidade na relação de solidariedade internacional e poderia se transformar em um elemento importante de discussão sobre alternativas globais de desenvolvimento. Finalmente, seria necessário destacar que a luta contra a dívida externa tem para os povos da América Latina uma dimensão histórica semelhante à luta contra o antigo regime colonial ou contra a escravidão. E deve ter ainda uma perspectiva estratégica muito além do *não pagamento*, procurando reverter os fluxos de capital na direção do Norte para o Sul, associada à luta pelo socialismo e por uma concepção de desenvolvimento que parta efetivamente das necessidades fundamentais das maiorias populares.

c) O direito ao emprego e a questão do tempo livre

A luta pela redução da jornada de trabalho e algumas reivindicações semelhantes, como a ampliação do tempo de férias e de escolarização obrigatória e a redução

do tempo de aposentadoria, ganharam uma perspectiva internacional e cresceram ao longo dos últimos anos. Este processo é uma resposta do movimento sindical às implicações das novas tecnologias e a questão do desemprego.

No entanto, parece claro que por si só estas reivindicações não respondem ao crescimento do desemprego. A discussão sobre políticas específicas de emprego parece indispensável para o movimento sindical. Ao mesmo tempo, políticas sociais de serviços diretos como alimentação, saúde, moradia são decisivas para a massa de desempregados e subempregados, que dificilmente retornarão ao mercado formal de trabalho. Esta macro política exige do movimento uma intervenção em um espaço político mais amplo e complexo, que historicamente lhe tem sido vedado.

d) Movimento sindical e novos movimentos sociais: uma questão mal resolvida

Assistimos, nos últimos anos, uma cisão entre as chamadas "velha" e "nova" esquerdas. A "velha" defendendo o papel de vanguarda da classe operária na transformação da sociedade. Do outro lado, a "inteligência" de setores médios questionando a centralidade da relação

capital-trabalho, defendendo uma descentralização da política, a proteção do meio ambiente, a auto-realização pessoal e mais qualidade de vida.

Esta cisão parece absolutamente falsa e terá que ser superada. Exemplo: a esquerda ortodoxa rejeitou o movimento feminista durante um longo período, como um movimento sexista de classe média. Porém, a luta contra a discriminação da mulher deixou de ser monopólio dos pequenos e pioneiros grupos feministas e incorporou a problemática da mulher no trabalho. Nem sempre a dimensão feminista foi mantida e isto se aplica também para outras áreas e movimentos. A incorporação desta nova problemática e de movimentos emergentes pela política e ação sindical significa o resgate do direito à diferença no projeto histórico da classe trabalhadora. Nesta condição, é uma dimensão absolutamente necessária para a realização plena de uma sociedade livre e igualitária.

Da mesma forma, a luta em defesa da ecologia, da paz e do desarmamento é a luta em defesa do direito à vida e ao futuro. A defesa da propriedade ecológica, da propriedade comunal de recursos naturais estratégicos, poderá emergir no futuro com a mesma violência do que foi a própria luta em defesa da propriedade socialista. A dimensão anti-sistêmica dos novos movimentos sociais alternativos e a urgência histórica de algumas destas demandas parecem exigir a ampliação dos horizontes políticos do movimento sindical na perspectiva de construção de um novo sujeito histórico.

e) Novo sujeito histórico e luta operário-sindical

Por novo sujeito histórico devemos entender os sujeitos portadores de experiências históricas novas, de novas práticas, capazes de inovar, de criar e de incorporar o inédito. Vivemos uma crise de civilização, um movimento de desagregação e transformação, um contexto aberto à criatividade, às inovações e ao alternativo em um sentido amplo, de novos horizontes, onde os projetos prontos e acabados são receitas fechadas, dogmáticas e ideologizadas.

Ampliar os horizontes é abrir caminho para novas respostas, superar as receitas e mergulhar nas novas práticas e experiências que estão surgindo. A intersecção de novos movimentos sociais com o movimento sindical operário possibilita incorporar experiências muito ricas e assegurar uma dimensão cultural, social e histórica muito mais fértil para a construção da sociedade do futuro, que passa necessariamente pelo debate sobre as concepções de socialismo e democracia.



Ruy de Góes Leite de Barros



IL FUTURO POSSIBILE

Handbook « Socialismo in agricoltura » - Piacenza 27 Maggio 1985 - Auditorio S. Margherita, Via S. Felice, 12

De outro lado, a afetividade, o corpo, a sexualidade, a natureza, também estão submetidos a políticas de opressão e repressão e têm os seus direitos. A ecologia é vida e corre grandes perigos. A paz também é um passaporte da vida e interessa a todos. No entanto, não se pode perder a dimensão de que milhões de seres humanos sequer têm a sua sobrevivência imediata assegurada. A luta pela qualidade de vida, a partir desta perspectiva ampla e utópica, parece decisiva para um ingresso promissor do movimento sindical no século 21.

f) Movimento sindical e projeto histórico alternativo

A travessia para um novo século pode significar a despedida do velho movimento operário, como querem muitos, mas não necessariamente de seus valores fundamentais. Os princípios de classe, a solidariedade, o internacionalismo, a autonomia operária seguem sendo valores decisivos para uma nova relação entre a ética, a economia e a política na construção da nova sociedade, principalmente no contexto histórico latino-americano e na quase totalidade do Terceiro Mundo.

As crises econômicas estruturais e profundas sempre foram uma poderosa condensação de energias direcionadas para a transformação. Quando o desemprego se

transforma em uma experiência de milhões de seres humanos, quando especular é mais interessante que produzir, quando todo um continente como a América Latina está submetido a uma política espoliativa e criminosa, a ordem estabelecida tende a ser quebrada por novas forças sociais emergentes. No entanto, não dispor de um projeto político econômico alternativo, sem unir as forças potencialmente dispostas a assumir a perspectiva da transformação social, contribui decisivamente para a decomposição da consciência de classe.

Não parece promissor insistir em uma concepção sindical que se limite às mobilizações corporativas e reivindicativas em um cenário histórico desta dimensão e complexidade. O sindicato não pode ser uma associação de seguro para os privilegiados entre os oprimidos. A base social dos sindicatos não pode mais se reduzir aos trabalhadores estabilizados na relação formal de assalariamento. Aglutinar toda o mosaico de situações novas que estão aparecendo para os trabalhadores no processo produtivo, a se iniciar pela massa de desempregados e sub-empregados, parece um desafio decisivo. Neste sentido, um projeto alternativo deve ter como lastro a lógica das maiorias populares, mas dentro de uma perspectiva ampla, quer dizer, uma perspectiva onde os sindicatos façam seus os reclamos do conjunto da sociedade.

Finalmente, há que se reforçar que o futuro do sindicalismo passa necessariamente pelo futuro do socialismo, porque não haverá futuro para o sindicato se não houver futuro socialista. O ponto mais nevrálgico deste esforço histórico está no resgate e nas discussões sobre as diferentes concepções de socialismo. A crise do socialismo, do modelo de planificação centralizado e das formas de participação popular nas decisões, o desgaste da democracia com partido único e ausência de liberdade e autonomia sindical são o outro lado da crise do sindicalismo.

A crise atual e as transformações que estão se processando são ao mesmo tempo uma crise do mundo burguês e deste projeto de socialismo. O futuro do movimento sindical, enquanto movimento transformador da sociedade, é indissociável do futuro do socialismo. Temos mais um século pela frente de luta e resgate da utopia socialista.

Comentários finais

A história ensina que a única lei que ela efetivamente respeita é de que sempre acontece o imprevisto e o imponderável. O ano 2000 parece tão harmônico e mágico que nos estimula a refletir sobre o futuro. Mas o tempo histórico nunca foi o tempo astronômico e, se de alguma forma parece necessário discutir as possibilidades do futuro, é absolutamente inapropriado marcar datas.

Como havíamos mencionado no início, há grandes transformações em andamento que a sinistrose das aparências da crise não nos permite perceber e discutir. Este texto tem a intenção de provocar novas discussões, porque tudo indica que estamos iniciando anos decisivos para a definição da inserção do país e da classe trabalhadora na sociedade do futuro.

Para terminar, deixaria duas questões-chaves. A primeira: qual a resposta do movimento sindical latino-americano às iniciativas de integração do continente promovidas pelos governos do Cone Sul, sob absoluto domínio e interesse do grande capital transnacional? E a segunda: como responder, na forma de um projeto histórico do movimento sindical latino-americano, a afirmação do marxista peruano J. C. Mariátegui de que "um proletariado sem outro ideal que a redução da jornada de trabalho e o aumento nos centavos do salário não será nunca capaz de uma grande realização histórica"?

Aloizio Mercadante Oliva é economista e coordenador do Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário" do CEDI.

Memória e identidade: reflexo de um espelho quebrado

Osmar Medeiros Souza

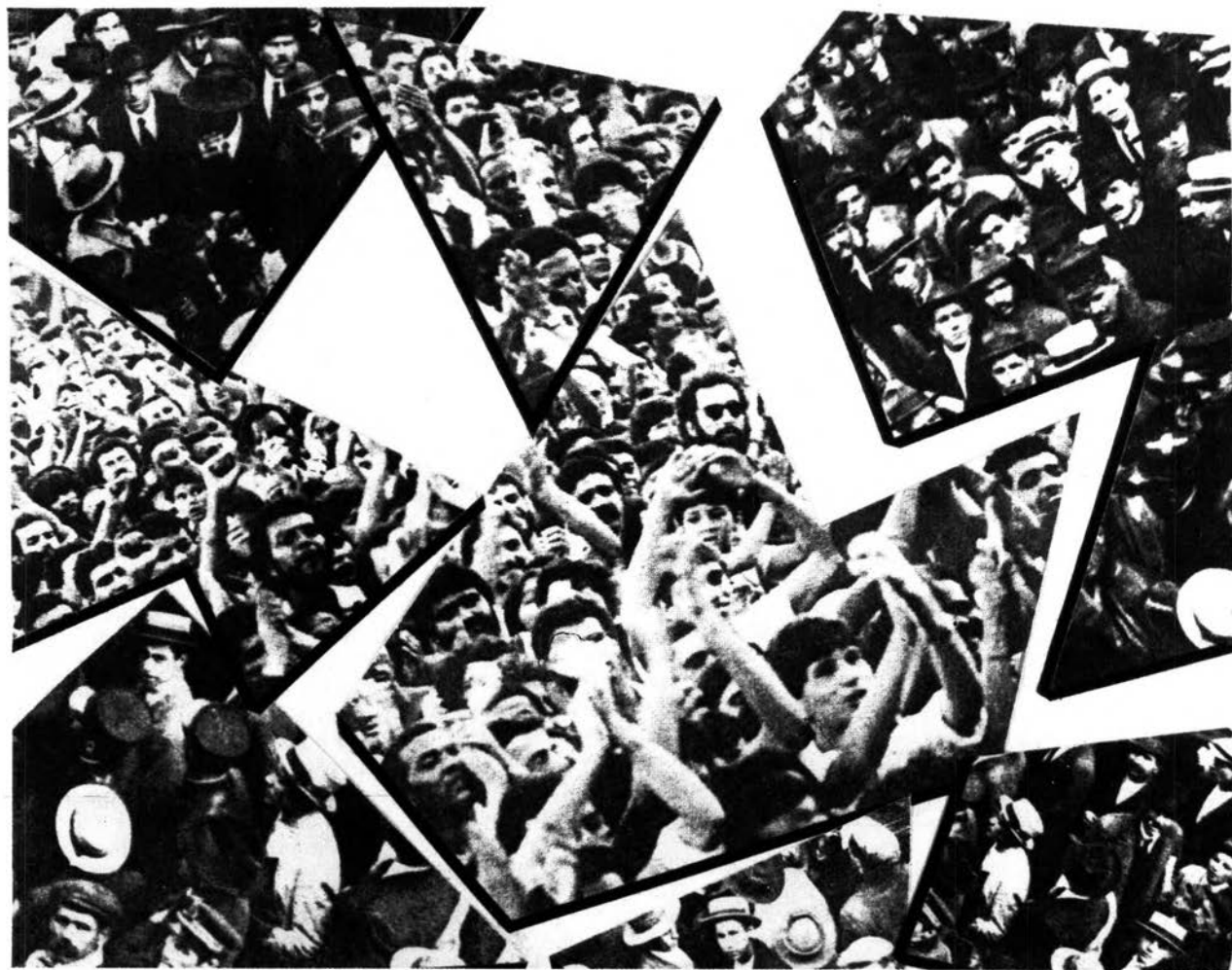
A compreensão de nossas vidas passa pela reconstituição de nossos sonhos. A construção de uma identidade, qualquer que seja ela, passa por um constante alinhavar/desalinhavar dos sonhos da noite anterior. Pois, afinal, o que são os sonhos? Não são uma espécie de balanço em código de todas nossas impressões, experiências em estado bruto? Não é a alegria de reconhecer uma cara familiar, um perfume conhecido? Que vem e que vai, como uma cadeira de balanço?

Que a gente se esquece, só para lembrar mais tarde, ao sabor dos ventos das associações livres?

A gente não pode falar em memória sem falar destes esquecimentos, lapsos, lembranças misteriosas, incursões na infância da espécie... Invocamos nossos mortos, gritamos através de nossas bandeiras, saudamos o círculo mágico dos guerreiros em torno do fogo que é também o nosso fogo, o nosso brilho. E novamente a vida nos pega pelo pé e aqui estamos de volta, nos

lembrando que esquecemos da chave em casa.

Pensar em memória dos trabalhadores é também entrar neste mundo de luz e sombra. Mais a fumaça e a fuligem das chaminés gigantescas, das grotas das minas, do cansaço, do cansaço... Não é possível alinhavar o fio das lembranças, tecer a malha das memórias sucessivas, ir costurando uma consciência de resistência sem enfrentar a presença do cansaço, do cansaço físico, do cansaço de se lembrar,



do trabalho de juntar coisa com coisa, do esforço de deixar de lado o comodismo, de assumir novos riscos, de superar o medo à transformação, de enfrentar uma estrada difícil e sem segurança e, de quebra, com ainda mais trabalho pela frente.

Luta cotidiana

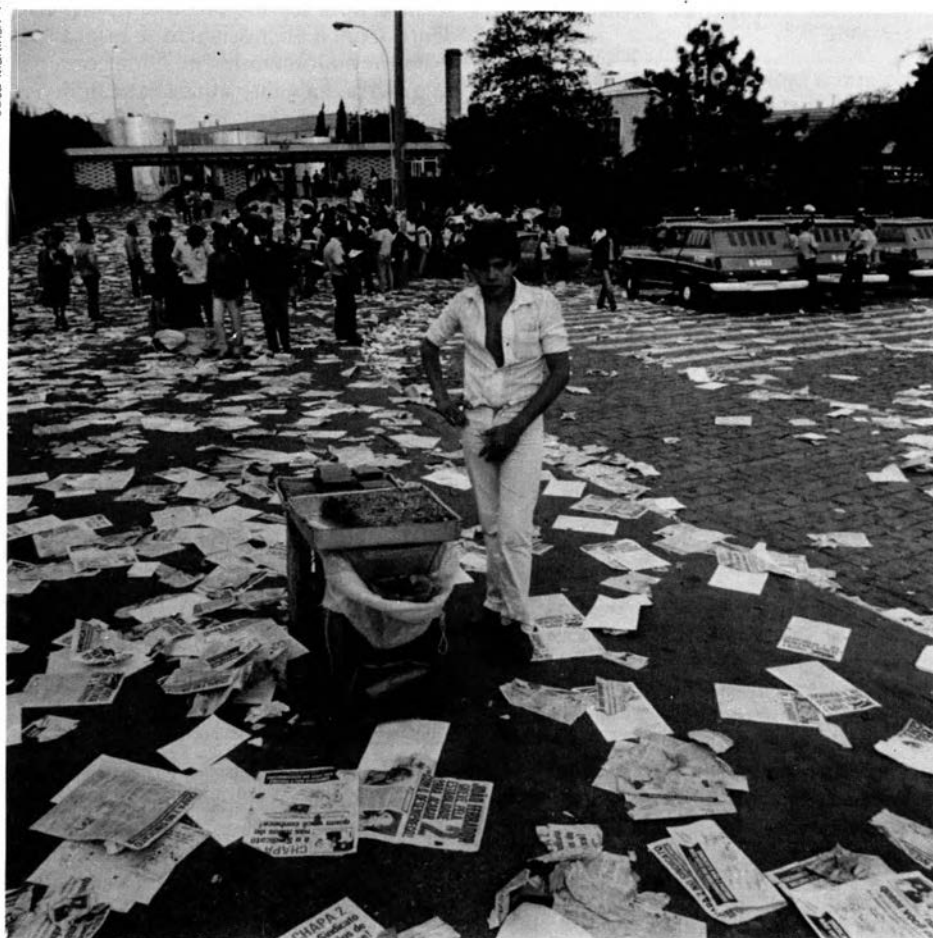
A questão da consciência operária está intimamente ligada à superação, pelo menos parcial, desta atmosfera de cansaço, de fracasso e de um fatalismo pessimista, imposto pelos ataques cotidianos aos espaços de autonomia da vida do trabalhador. É uma luta difícil, pois estamos lidando com comportamentos profundamente arraigados nos hábitos e nos horizontes políticos da prática cotidiana.

Pelas características da própria condição operária altamente alicerçada na realidade do trabalho cooperativo, a dimensão coletiva dos problemas adquire uma força e uma importância evidentes. Da prática da união na produção para a consciência da luta comum nas reivindicações e na vida política, existe um caminho que, em determinadas conjunturas, certas camadas de trabalhadores têm condições de percorrer, e de fato o fazem. A atuação política passa a ser, então, um agente transformador fundamental nas vidas e na sua experiência concreta.

Mas tal processo não é linear, nem inevitável. Longe disso. É uma luta repetida, constante, com sérios obstáculos e dificuldades de toda sorte. Um obstáculo é, paradoxalmente, a própria organização industrial da produção que, se por um lado é um processo cada vez mais socializado, por outro, do ponto de vista individual, é vivido como cada vez mais fragmentado, sem continuidade, sem significação positiva, sempre empurrado para um futuro vazio que só chega na forma de um presente uniforme e monótono.

Esta parcialização extravasa os limites do espaço da produção e acaba mergulhando a totalidade da vida do trabalhador numa atmosfera de rotina sem sentido. Nela os dias se seguem, sem se tocarem, sempre iguais, sem interações instigadoras de mudanças, ritmados pela cadência da produção, com folgas de tempos a tempos para os ritos celebrativos, que servem para legitimar a continuidade do poder, embalados pelos sonhos da TV (em São Paulo, o tempo médio de assistência de televisão nos dias úteis é de quase três horas diárias).

A percepção destes fatos da vida e da consciência operária, sua coincidência ou defasagem com aquilo que se supõe que a classe possa assumir em determinadas



Sindicatos: dificuldades para entender os "corações e mentes" dos trabalhadores.

conjunturas, é a questão política central do movimento, de suas organizações e direções políticas. Entender o que passa pelos "corações e mentes" dos trabalhadores, cruzar estes "estados de alma" com as transformações estruturais da economia e o curso da conjuntura política, é uma arte que exige uma sensibilidade viva e uma lucidez muito grande.

Herdeiros da história

Durante várias décadas, uma parte significativa do movimento operário mundial acreditou na liderança de países-guias (URSS, China ou Cuba). Subestimou o descolamento da democracia das questões sociais básicas. Acreditou num produtivismo industrial desenfreado e educou-se numa visão abstrata e simplificada da atuação das classes e grupos sociais. A transformação dos heróis da vespéra nos vilões de hoje e nos fuzilados de amanhã (e talvez nos reabilitados de depois de amanhã, como Bukharin, quem sabe?!), fato que ocorreu com a maior parte dos dirigentes responsáveis pela vitória da Revolução de Outubro de 1917, foi pouco a pouco, através da queda dos mitos, criando as condições de uma profunda desilusão e ceticis-

mo que alcançaram proporções de um fenômeno social.

A relação autoritária entre as direções e as bases foi a regra destes anos e uma visão utilitarista e superficial das necessidades revolucionárias explicava as mais bruscas mudanças de linha. A história da União Soviética da época de Stálin é tristemente rica em abusos monstruosos de poder (a coletivização da agricultura, os processos de Moscou, o pacto germano-soviético etc.), no maniqueísmo mais grosseiro que deixou uma tradição de hábitos profundos de despolitização dos trabalhadores soviéticos que só agora parece chegar ao fim. (Em tempo: foram reabilitados quase todos os principais líderes da revolução no início de junho. Desta vez, Trotsky ainda ficou de fora. Os exames de história na URSS foram suspensos. Que memória oficial surgirá nesta conjuntura política?).

É a partir da constatação do fato de que, queiramos ou não, somos os herdeiros desta história, é da abertura de novas oportunidades que ela pode oferecer que se coloca a questão de nossa identidade e de nossas propostas. Quem somos nós e o que queremos?

O mesmo modo de produção?

Voltam à baila as questões subjacentes à nossa prática. Que sociedade queremos ter? Quais as possibilidades de sobrevivência se continuar a economia de mercado em escala mundial, se a produção e consumo continuarem como habitualmente estão?

Mas o questionamento da identidade não se faz sem um questionamento de si mesmo, da sua própria história e consciência, das suas falhas e suas perguntas sem resposta. Enfim, a identidade se constrói e se reconhece na linguagem da memória. Sem memória não há possibilidade de identidade. Não há possibilidade de dinâmica transformadora. Não há termos de comparação possível. Não há intercruzamento de experiências.

Não há crise de identidade sem também haver crise de memória. A busca de uma nova identidade obrigatoriamente passa pela costura de novas memórias, novos intercruzamentos, que lancem novas luzes em velhos fatos, que recriem situações, que desvendem analogias e paralelismos nunca antes percebidos. É uma busca altamente criativa.

A memória não é um monte de informações que vão se acumulando gradualmente com o passar do tempo individual, dos povos ou das classes sociais. É um movimento de perda e recuperação de informações e identidades, profundamente marcado pela dinâmica viva da totalidade, onde cada dado modifica o conjunto dos intercruzamentos anteriores, onde nada é perfeitamente previsível e onde tudo tem o seu grau de explicação.

Ela é, num sentido profundo, surpreendente. Com a memória não se brinca sem se entrar na roda também. Uma coisa puxa a outra e a gente nunca sabe onde vai parar. Pode ser perigosa e contagiosa. Daí a importância política da memória lidar com seus dados, de imprimir certas direções e limites na pesquisa de informações, células básicas da construção de uma identidade e mentalidade próprias.

Memória: disputa política

O controle da memória social dos povos e das classes é vital para viabilizar o projeto de hegemonia cultural da burguesia, para perpetuar o seu universo de símbolos mercantilizados, centrando a vida social no trabalho alienado, no individualismo, na competitividade e na produção em massa de injustiças. Para o projeto do capital, todo acúmulo de experiências e informações que sirva para a construção de um projeto autônomo e antagônico aos dos monopólios burgueses, é um estorvo e uma ameaça latente que tem que ser neutralizado de qualquer maneira.

O controle da televisão e das outras mídias passa por esta preocupação essencial. A manipulação da sensibilidade, dos sonhos e das preocupações dos trabalhadores é uma arma importante da legitimação ideológica do poder. A política de apagamento de toda informação ou experiência que possa alimentar uma memória de rebeldia do povo brasileiro é uma preocupação constantemente renovada.

É preciso constantemente realimentar e reconstruir os símbolos do universo burguês para estabilizar a sua hegemonia, para legitimá-los aos olhos das grandes mas-

sas, para prosseguir no processo de tomar com a mão direita o que cede com a esquerda, para expropriar a criação da cultura, da ciência e da arte, das possibilidades efetivas na vida real dos trabalhadores.

O resgate e a construção de experiências de memórias articuladas com o projeto histórico dos trabalhadores é a alternativa para romper com o círculo vicioso da racionalidade burguesa, onde o eixo central da vida das pessoas passe a ser os valores da solidariedade. Assim como o respeito à diferença dos grupos e à individualidade das pessoas não rime com injustiça, e a democracia alimente suas raízes nos locais de trabalho, na produção, para que os trabalhadores possam ser sujeitos do seu próprio destino, na construção de sua unidade e identidade.

Informação é poder. A disputa pela memória da classe operária e pela memória numa sociedade dividida em interesses contrapostos é fundamental para a construção da democracia dos trabalhadores. A contínua reconsideração e questionamento da identidade, da capacidade de dirigir a sociedade, da memória e da dignidade dos sujeitos em luta, modificam os dados e a dinâmica da própria luta social. O repensar-se e o refazer-se constante são carne e unha do próprio centro de identidade da classe, dos seus sujeitos, seus sentimentos e suas propostas.

A batalha dos trabalhadores no resgate do seu projeto histórico continua. Quando será o próximo capítulo?

Osmar Medeiros Souza é assessor do Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário" do CEDI.

PUBLICAÇÕES DO CEDI



IMAGENS DA LUTA — 1905/1985
271 páginas, Cz\$ 4.930,00

Retrata a história do movimento sindical e operário no Grande ABC paulista, especialmente em São Bernardo, através de fotos e textos explicativos. É uma obra para ser lida, vista e guardada como um dos principais documentos de nossa história.



TRABALHADORES URBANOS NO BRASIL/82-84
199 páginas, Cz\$ 980,00

Levantamento dos principais fatos que marcaram a vida dos trabalhadores urbanos no Brasil, no período de 1982 a 1984. Traz também análises das conjunturas política, econômica e sindical.

Outras publicações:

- História dos Metalúrgicos de São Caetano
- CUT nas campanhas salariais de 1985

Faça seu pedido através de cheque nominal ao Cedi ou através de vale postal para a Agência de Correio Angélica — SP.

Italianos e movimento operário

João Alves de Lima e Nilde Balcão

O proletariado brasileiro, até a década de 30, foi basicamente composto por imigrantes europeus e, em São Paulo, os italianos formaram o esteio da nascente classe operária. A imigração em larga escala foi patrocinada pelo Estado para formar um mercado de mão-de-obra livre em substituição ao trabalho escravo africano. Entre 1870 e 1920, milhares de europeus entraram no país, mais da metade italianos.

A maioria veio trabalhar nas fazendas de café em São Paulo, principal eixo da economia do país. Eles migraram na esperança de romper com um passado de miséria e sofrimento, porém a realidade que aqui encontraram não foi muito promissora. Privações econômicas, doenças, violência e limitação de suas expressões culturais compunham o cotidiano dos imigrantes. Essa dura realidade os levou a protestar através de greves e outras formas de manifestações, provocando um grande êxodo para as cidades. Nelas, eles se tornaram, na maior parte dos casos, trabalhadores na indústria emergente. Em 1901, 81% dos operários industriais no estado de São Paulo eram italianos.

A situação vivida pelo proletariado nas cidades era ruim. Locais de trabalho insalubres e inseguros, jornadas diárias de dez a dezesseis horas, baixos salários, ausência de qualquer legislação reguladora ou preventiva, marcavam as condições de trabalho da época. A mão-de-obra feminina e infantil era largamente utilizada, sob formas ainda mais aviltantes. As condições de vida eram extremamente precárias; habitavam em vilas e cortiços, onde a promiscuidade e a pobreza predominavam, e em bairros industriais formados ao longo das linhas ferroviárias. Alguns desses bairros operários assumiam também a feição de "bairros italianos", como o Brás, a Móoca e o Belém.

Organização sindical

O movimento operário e sindical que se origina nesse universo é de traço revolucionário, de tendência anarco-sindicalista, onde os socialistas, de tendência reformista, tiveram uma presença marginal. A presença italiana no movimento era predominante. Grande parte de sua liderança era constituída por italianos. Em 1908, no Congresso Operário Estadual, 72,5% dos delegados eram italianos. A existência de grande número de jornais militantes escritos em língua italiana, ou bilíngues, é também reveladora dessa influência.

Os anarco-sindicalistas atribuíam um caráter fundamental ao sindicato, enquanto instrumento autônomo de organização e de luta da classe operária, recusando qualquer papel assistencial. Priorizavam as questões econômicas em detrimento das políticas e acreditavam na espontaneidade da classe operária e na ação direta. A greve geral era encarada como a maneira de acabar com a dominação burguesa através da destruição do Estado.

Os centros e grupos anarquistas não tinham vida perene. Os mais importantes foram o "Aurora", o "La Battaglia", o "Gruppo Libertário Del Brás", o "Circolo Studi Sociale", entre outros. Os sindicatos, da mesma forma, tinham vida muito instável. Em geral, apareciam e fortaleciam-se nos momentos de mobilização mais intensa. Apesar destas características, o movimento operário brasileiro deste período mostrou vitalidade e continuidade, o que pode ser percebido pelas numerosas ondas grevistas nos anos de 1906, 1907, 1912, 1913 e, especialmente, 1917, quando a cidade de São Paulo ficou paralisada por alguns dias. A criação, logo nos primeiros anos do século, das federações operárias em São Paulo e no Rio de Janeiro e, em 1908, da Confederação

Operária Brasileira (COB), que funcionaram até a década de 20, são também indícios da força do movimento.

A presença italiana, contudo, não se restringiu ao movimento operário e sindical. Nos bairros, eles puderam reproduzir parte de suas tradições, que influenciaram os hábitos da cidade. As festas religiosas, a alimentação, o modo de ser e falar se difundiram tanto quanto os centros de cultura anarquista, contribuindo para a formação da tradição cultural da cidade.

Enfraquecimento do anarquismo

Os líderes operários de origem europeia foram vítimas de uma campanha xenófoba, acusados de estarem desestabilizando a ordem. O objetivo era quebrar o movimento operário. Prisões, deportações e despesas em massa se generalizaram. Entre 1907 e 1921, 121 italianos foram expulsos do Brasil, a maioria por motivos políticos. Os anarquistas, já combatidos, confrontam-se também com o crescimento da tendência bolchevique, que após a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia ganhou, inclusive, algumas de suas principais lideranças.

O movimento operário chega aos anos 20 extremamente enfraquecido devido à dura repressão e a erros táticos. As derrotas sofridas no período anterior, as redefinições ideológicas e a violenta repressão foram motivos bastante fortes para contê-lo. Terminará a década sem momentos de maior importância e, após 1930, vegetará por um longo período.

Na década de 30, a composição da classe operária paulista já não era mais a mesma. Além dos estrangeiros, dos paulistas, dos ex-escravos e seus descendentes, o contingente nordestino começava a se tornar significativo. A indústria no estado se desenvolvia e atingia o mercado nacional



Imigrantes: tradições culturais reproduzidas nos hábitos da cidade.

com os seus produtos. O seu crescimento e a necessidade de mão-de-obra incentivavam a migração interna. O próprio discurso dos empresários já não era mais o mesmo do começo do século. Os estrangeiros eram considerados como o "vírus da desordem para as massas indefesas", trazendo idéias "estranhas" para o meio dos operários, que resultavam nas greves e agitações populares. O trabalhador brasileiro passava a ser predominante nas indústrias.

Com as reformas urbanas em São Paulo, as características da cidade também se transformaram. Os projetos de reurbanização desfaziam grande parte dos cortiços anteriores. Os migrantes recém-chegados iam morar nas periferias mais distantes, sem a infraestrutura necessária. Nos bairros operários mais antigos continuavam os italianos, já agora em casas próprias, adquiridas com grande esforço e facilitadas pela política de habitação do Estado e empresários. A cultura italiana estava definitivamente incorporada à vida da cidade, mas a orientação anarco-sindicalista havia perdido sua hegemonia.

Sindicalismo sob controle

Com o refluxo do movimento operário e sindical e a Revolução de 1930, que levou a um novo tipo de relação do Estado com o trabalho, as formas de organização do sindicalismo brasileiro passaram por uma outra fase de definição. Por ironia da história, a influência italiana também ia ser fundamental, só que, agora, sobre a política do Estado.

A plataforma do presidente Getúlio Vargas, que assumiu o governo em 1930, incorporava as reivindicações trabalhistas que mobilizaram os operários nas duas primeiras décadas, como a estabilidade no

emprego e o amparo ao trabalho das mulheres e crianças. O que fora motivo de greves e revoltas aparecia, então, como um benefício do Estado.

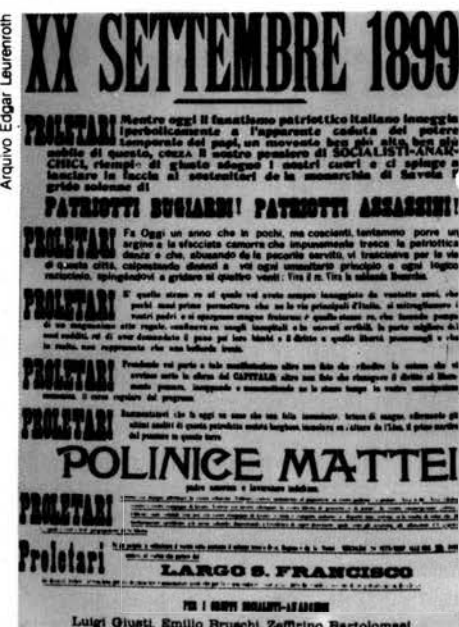
No mesmo ano de sua posse, Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, nos dez anos consecutivos, decretou cerca de 160 leis de proteção social e de regulamentação do trabalho. O conflito entre capital e trabalho deixava de ser uma questão de polícia para ser uma questão social, onde o Estado se colocava como um árbitro. As relações entre ambos, portanto, deveriam estar regularizadas pela legislação, através da Justiça do Trabalho, com papéis definidos para as respectivas representações.

Em 1937, com a instalação do Estado Novo e a redação da nova Constituição, o fascismo italiano vai encontrar sua correspondência no Brasil. Seguindo o modelo dos Estados autoritários, que não admitiam a expressão de projetos políticos diferentes dos seus, Getúlio Vargas extinguiu os partidos e cassou os direitos políticos dos cidadãos. Em contraposição, os indivíduos tinham seus direitos sociais garantidos, desde que estivessem na condição de assalariados urbanos, já que os rurais quase não foram protegidos pelas leis.

A proposta corporativa de representação política da sociedade, a partir da perspectiva de conciliação das classes sociais, entre outros fatores, determinou a legislação sindical elaborada na Constituição de 1937. Essa legislação, especialmente no seu artigo 138, foi uma cópia da Carta del Lavoro, de 1927, do governo de Mussolini. As entidades sindicais representariam apenas uma categoria profissional numa determinada base territorial. O seu papel ficava restrito às negociações trabalhistas e

ao assistencialismo. A organização era vertical (sindicatos, federações, confederações) e ao Ministério do Trabalho, ápice da pirâmide, cabia o poder de intervir nos sindicatos, reconhecer ou não as novas entidades, dar ou não posse às diretorias eleitas e decidir sobre as previsões orçamentárias. Os sindicatos estavam, portanto, atrelados ao Estado. Em 1940, o governo instituiu o imposto sindical obrigatório. Como o Estado garantia a arrecadação financeira, ele também controlava o orçamento dos sindicatos.

Com o fim da 2ª Guerra, o movimento operário italiano conseguiu romper com



Anarco-sindicalismo: auge em 1917, declínio na década de 30.

essa estrutura e conquistar liberdade e autonomia sindical. No Brasil, essa herança sobreviveu às mais diversas conjunturas.

Os efeitos dessa organização vertical, atrelada e burocrática, marcaram profundamente o sindicalismo brasileiro. Muito embora, nos momentos de intensa mobilização, tenha havido uma superação dos limites dessa estrutura, como a criação de centrais ou intersindicais não oficiais, ou mesmo a organização de campanhas e lutas comuns. Mas a repressão patronal e estatal, a burocratização e o imobilismo das direções que permaneceram na estrutura, levaram à continuidade dessa concepção de sindicalismo. Durante todas essas décadas, o corporativismo e a conciliação integraram parte da prática sindical.

Com o fim da 2ª Guerra, o movimento operário italiano irá viver um processo de transição, onde a reconstrução econômica estará associada à implantação da liberdade e da autonomia sindical. Os primeiros anos do pós-guerra serão ainda marcados por uma certa unidade sindical, lo-

go rompida a nível internacional, tendo a guerra fria como pano de fundo. A nova constituição e o clima de liberdade no pós-guerra irá permitir uma evolução política nova para o movimento sindical na Itália que, ao longo dos anos, se transformará em um dos pólos sindicais mais atuantes da Europa. No entanto, a influência da Carta del Lavoro, os ventos do corporativismo que sopraram da Itália fascista sobreviverão em muitos países. No Brasil, em particular, a estrutura sindical de inspiração fascista chegará até os dias de hoje. Os motivos da manutenção desta estrutura ao longo de tantos anos e em conjunturas históricas as mais diferenciadas se deve a inúmeros fatores, especialmente por uma certa flexibilidade que irá lhe permitir servir às ditaduras, aos governos populistas, ao empresariado de uma forma geral e mesmo a uma parcela imensa de dirigentes sindicais encastelados na burocracia e sustentados pelo imposto sindical.

Os efeitos dessa organização vertical, atrelada e burocrática, marcaram profundamente o sindicalismo brasileiro, muito

mas, classista, que defende a autonomia e a liberdade sindicais — cuja expressão organizada é a CUT —, os conflitos e contradições com a estrutura verticalista ainda não foram superados. A atual constituinte votou, no primeiro turno, uma declaração formal de liberdade de organização sindical, mas a essência da estrutura corporativa foi mantida, pela imposição da unicidade e do imposto sindical.

A relação Brasil e Itália no mundo do trabalho tem uma longa história, onde a presença e a herança desta relação para a classe trabalhadora brasileira foi profundamente contraditória. Hoje, a Itália é o quarto parceiro comercial do Brasil, e o Brasil é o quinto país de maior faturamento dos investimentos externos do capital italiano no exterior. A internacionalização do capital no período do pós-guerra e a emergência da Itália como grande potência capitalista recolocaram, agora sobre o plano da produção e na lógica do capital, uma retomada desta longa história de relações. Uma história marcada, de um lado, pelos militantes anarco-sindicalistas e socialistas, das duas primeiras décadas do século, que nos legaram esse passado de combatividade, autonomia e solidariedade das primeiras organizações operárias. Depois foi o Estado italiano fascista, que inspirou o Estado brasileiro na definição do enquadramento das organizações criadas anteriormente e nas formas de cooperação e controle do movimento operário.

Por último, a partir da 2ª Guerra, a transnacionalização do capital italiano que se desenvolveu e se instalou crescentemente no Brasil, inclusive com grandes empresas

como a Fiat, a Olivetti, a Pirelli, a Benetton, entre milhares de empresas que empregam um grande contingente de trabalhadores e que enfrentam uma política empresarial articulada internacionalmente.

Como a transnacionalização do capital traz o desafio da internacionalização das relações de trabalho, a solidariedade internacional, proposta pelos imigrantes anarco-sindicalistas já no começo do século, é retomada agora numa nova conjuntura econômica e política. Estreitam-se as relações entre a CUT e as centrais sindicais italianas (Cisl, Cgil e Uil) na perspectiva do desenvolvimento de uma política de intercâmbio, reflexão e apoio mútuo às iniciativas no campo da formação sindical. O empenho da Cisl em construir através de sua federação metalúrgica uma escola sindical em Minas Gerais, o apoio desta mesma central ao esforço de formação sindical do Instituto Cajamar, o convênio entre as três centrais da região de Emilia Romana com a CUT-SP para construir uma nova sede para a entidade que seja o símbolo da luta e compromisso com a liberdade sindical no Brasil, o apoio da Cgil para impulsionar a luta da CUT em defesa da saúde do trabalhador, vão configurando um novo momento na história. Trabalhadores italianos e brasileiros, em um mundo crescentemente internacionalizado, se reencontram apontando novos caminhos e possibilidades para a luta sindical.

João Alves de Lima e Nilde Balcão integram o Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário" do CEDI.

Arquivo Edgar Leurenroth



Publicações militantes: a luta operária brasileira escrita em italiano.

embora nos momentos de intensa mobilização, tenha havido uma superação dos limites dessa estrutura, como a criação de centrais ou intersindicais não oficiais, ou mesmo a organização de campanhas e lutas comuns. Mas a repressão patronal e estatal, a burocratização e o imobilismo das direções que permaneceram na estrutura, levaram à continuidade dessa concepção de sindicalismo. Durante todas essas décadas, o corporativismo e a conciliação integraram parte da prática sindical.

Apesar do avanço e crescimento, nos últimos anos, de um sindicalismo de mas-

Arquivo Edgar Leurenroth

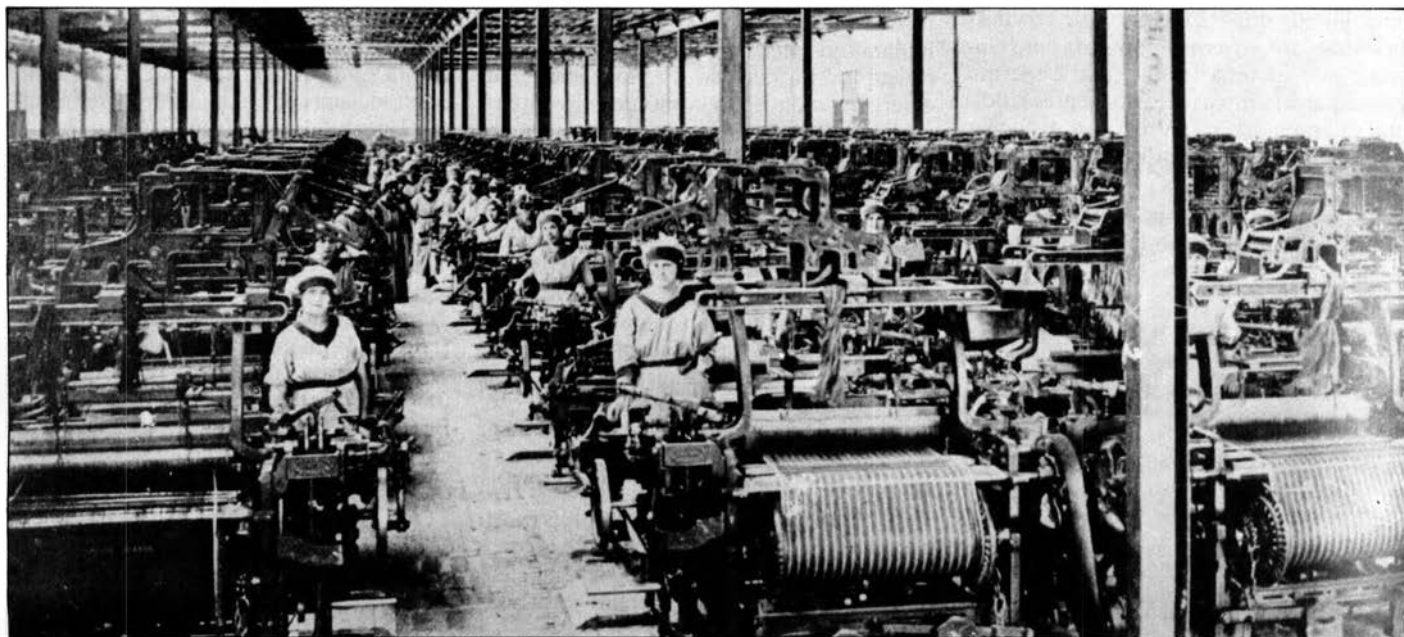


Trabalhadores italianos: maioria da classe operária no início do século.

Fotografia e luta de classes

Vera Lucia Jursys

Dedicado ao fotógrafo Armando Martins, o "Ruma", que anonimamente, por décadas, tem registrado a história da luta operária do ABC.



Trabalhadores anônimos posam ao lado das máquinas têxteis.

A fotografia foi descoberta por Niepce e Daguerre no início da primeira metade do século 19. Ela é produto da evolução tecnológica que se desenvolveu no processo da Revolução Industrial. A burguesia, como classe emergente, soube aproveitar muito bem as vantagens que esta nova técnica oferecia — em contraposição à pintura — como disseminadora de sua própria imagem e identidade, à velocidade de seu crescimento.

O fato da burguesia deter o poder condicionou este instrumento ao seu modo de vida, tanto a nível estético quanto de conteúdo da fotografia. É raro encontrarmos fotografias deste período que tivessem registrado o cotidiano e, especialmente, as condições de vida e trabalho da classe operária. Normalmente os trabalhadores aparecem como parte do patrimônio industrial dos patrões, como se eles integrassem a propriedade da fábrica.



1917: manifestação dos grevistas na Praça da Sé, em São Paulo.

No século 20, ao mesmo tempo em que a fotografia se torna mais acessível e a burguesia perde o pleno controle sobre este instrumento começam a aparecer ensaios fotográficos preocupados em mostrar a face oculta da exploração dos assalariados. Por exemplo: o trabalho do fotógrafo e sociólogo Lewis Hine, que, em 1910, registrou as condições de trabalho de menores nas fábricas norte-americanas. As suas fotografias tiveram grande repercussão social, provocando mudanças na legislação em favor do menor. No Brasil, esta face oculta aparece especialmente nos momentos em que os trabalhadores lutam por seus direitos e passam a ocupar, de fato, seu espaço político.

A fotografia sofre uma evolução muito grande nestes cem anos. As máquinas diminuem de tamanho, tornando-se mais práticas; as lentes mais luminosas e o negativo, que antes só permitia tirar uma foto de cada vez, é substituído por uma emulsão gelatinosa em rolo, o filme, que possibilita várias fotos do mesmo evento. O fato é que, com o aperfeiçoamento da câmera 35 mm, a fotografia passa a fazer parte do nosso dia-a-dia, desenvolvendo a foto-reportagem que, em contato com a realidade cotidiana, vem cumprir o papel de informar e documentar, despertando o consciente e o imaginário de quem a observa. A foto-reportagem ampliou o campo documental da fotografia. O uso da foto torna-se a autenticação do fato.

Imprensa burguesa

Contudo, a foto-reportagem nasce diretamente vinculada aos órgãos da imprensa burguesa, onde o fotógrafo é um mero empregado. Ele não é dono de seu instrumento de trabalho (a máquina fotográfica, seu meio de produção), nem de seu produto final (o negativo). Não é o fotógrafo quem escolhe o assunto a ser fotografado e, até mesmo, a estética pode ser pré-determinada de acordo com a linha do jornal. Pode, por exemplo, favorecer uma liderança, fotografando-a apenas em ângulos favoráveis, ou o contrário, deformando e distorcendo a realidade de acordo com seus interesses.

O mito de que a fotografia vale por mil palavras, por ser um retrato do real, é desmentido pelo simples fato de que a luta política implica na manipulação de seu significado. A foto



ABC, 1983: "a legitimação do fato".



Qual a foto que a burguesia prefere utilizar?



de Jair Meneguelli em cima do portão da Scania (indústria do ABC paulista) pode significar para os trabalhadores o domínio de uma situação e sua organização. Na grande imprensa, contudo, ela foi utilizada para caracterizar a invasão da propriedade privada e um clima de baderna, retirando o sentido da luta e impondo sua ideologia de classe. A fotografia aqui reproduzida é de outro autor, que registrou o mesmo momento de um ângulo diferente.

Fernando A. Rodrigues

Com a organização dos trabalhadores, a imprensa alternativa e operária, vinculada aos órgãos de classe como os sindicatos, partidos políticos ou associações, abre campo para o trabalho dos fotógrafos independentes que, na maioria dos casos, encontram-se engajados na luta dos trabalhadores. Bem diferentes dos fotógrafos da grande imprensa, os autônomos, além de possuírem seu instrumento de trabalho e os negativos, documentam e prestigiam os acontecimentos do movimento operário e popular. Esses fotógrafos também correm o risco de serem parciais se registrarem apenas os



ABC, julho de 1983: o arrastão passa pela Scania durante a greve.

Vera Jursys



A documentação fotográfica dos movimentos ganha adeptos.

fatos ou os líderes da tendência que lhes for mais simpática. O resultado deste trabalho fica comprometido, reduzindo assim sua contribuição documental à história do movimento.

A fotografia não é só registrar, ela é também ver. Uma foto remete a mo-

mentos passados. Ela instrumentaliza a memória para lembrar de coisas esquecidas e coloca quem a vê como participante e/ou alienado de um determinado acontecimento. A fotografia não se reduz apenas à mera contemplação do que passou; ela estará sempre instigando nossa compreensão

do mundo, nossa consciência. Ela permite comparar as circunstâncias de como determinados fatos aconteceram. Faz constatar as falhas e acertos, ou avaliar a evolução de um processo. Por exemplo, as duas fotos abaixo são registros da participação sindical das mulheres no ABC. A primeira, do concurso de Miss 72, foi realizada no 1º de Maio daquele ano, período de grande repressão e refluxo do movimento sindical. A segunda, maio de 1980, momento de avanço da organização sindical, derrubada dos pelegos, conquistas salariais e mulheres na rua exigindo liberdade!

A fotografia pode ser considerada também como um substituto da memória: nós morremos, a fotografia permanece. Um fato terminou de acontecer, mas na fotografia ele sempre existirá. Ela é, portanto, um símbolo de ausência. Ausência de uma realidade que passou e que não podemos mais alcançar. Ela paralisa o momento que, às vezes, acontece tão rápido que mal percebemos claramente. São cenas que ficam quase no inconsciente, difíceis de descrevê-las ou prová-las, mas que a fotografia revela.



Mulher: de objeto de contemplação...



...a sujeito histórico.

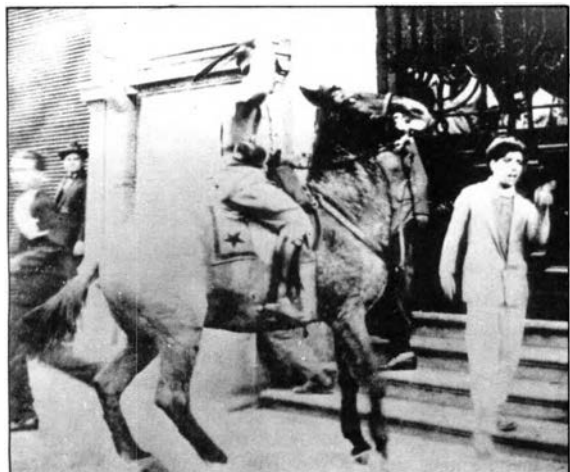
A fotografia é um dos instrumentos importantes para o resgate da memória e a preservação da história da classe trabalhadora. Essa história não é feita nem pelo personalismo de uma autoridade ou liderança, como quer a história oficial, tampouco é feita pelo calendário de lutas realizadas por uma ou outra tendência. Ela é forjada pelo conjunto dos trabalhadores organizados nos momentos de ascen-

so e descensos do movimento. É conhecendo as dificuldades, erros e acertos, que se pode construir os caminhos em busca de uma nova sociedade.

Aos fotógrafos, cabe defender sua liberdade de criação e autonomia e ze-

lar pela possibilidade de se fazer o registro pleno e íntegro da história.

Vera Lucia Jursys é fotógrafa e integra o Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário" do CEDI.

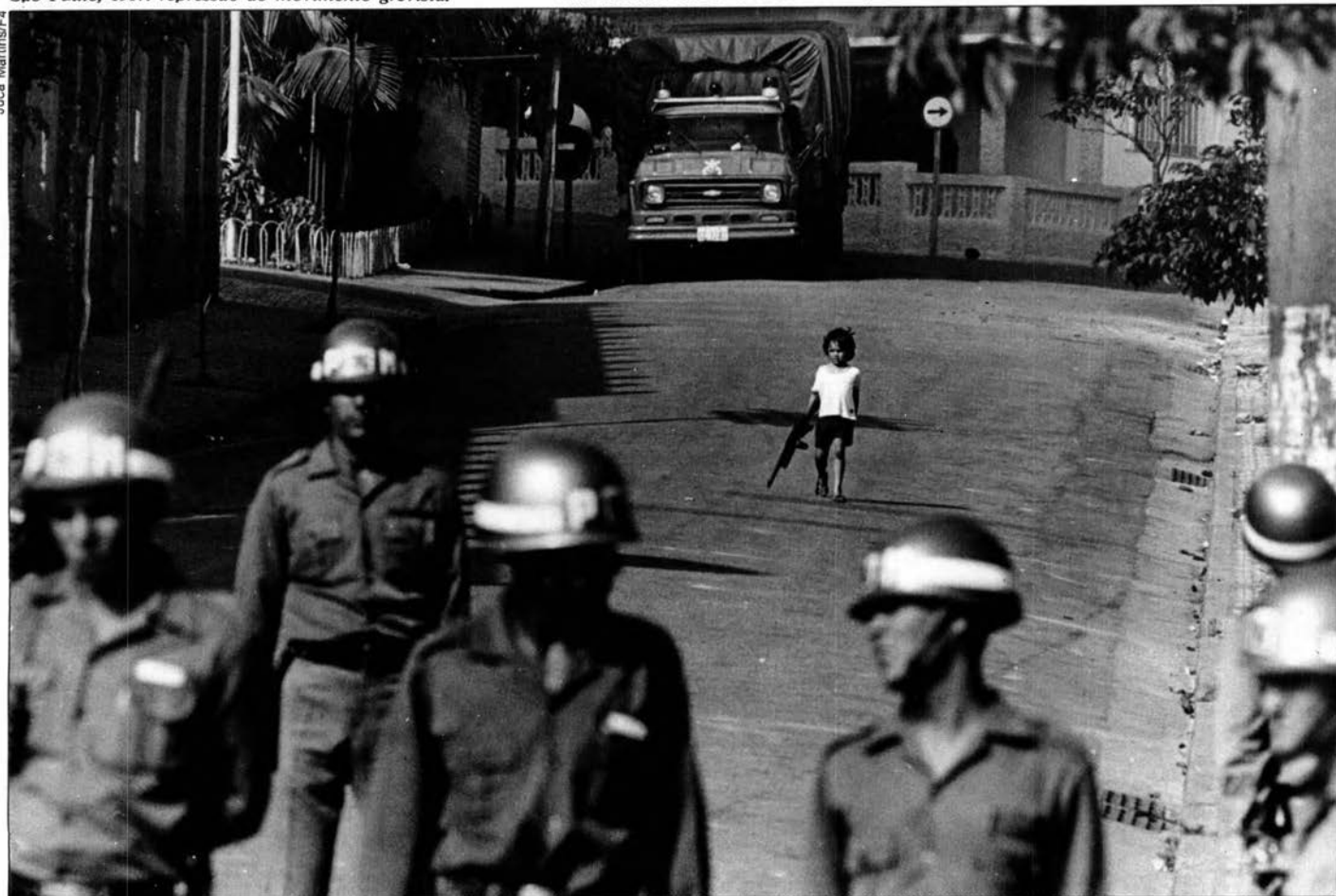


Roberto Faustino/FA



São Paulo, 1917: repressão ao movimento grevista.

Em 1980, no ABC, a história se repete.



Num momento de trégua, o fotógrafo faz o seu poema.

Hobsbawm no Brasil



Maurício Broinizi Pereira

"Historiadores da classe operária situam-se num ponto de encontro entre os estudos acadêmicos e a política, entre compromissos de ordem prática e compreensão teórica, entre interpretar o mundo e transformá-lo" (Mundos do trabalho).

Estas breves palavras marcam a concepção e prática de E. J. Hobsbawm, historiador inglês que esteve no Brasil de 3 a 10 de junho, visitando universidades e fazendo palestras para intelectuais e estudantes, além de manter contatos com importantes segmentos do movimento operário e sindical brasileiro.

Hobsbawm é tido como um dos grandes expoentes da historiografia inglesa, mais precisamente daquela corrente de historiadores que constituíram um núcleo no

Partido Comunista inglês entre 1946-1956. Apesar do engajamento, este grupo procurava a renovação temática, teórica e metodológica, tendo no marxismo sempre um ponto de partida para a reflexão inovadora. Daí também despontaram E. P. Thompson, autor do clássico *A formação da classe operária inglesa* e Christopher Hill, de *A revolução inglesa* e *O mundo de ponta cabeça*, entre outros.

O grupo tinha como princípio não se fechar em si mesmo e continuar participando das publicações e atividades acadêmicas. Talvez esteja nesta intersecção o sentido e a importância que a obra destes historiadores ganhou ao longo dos anos. Pouco ortodoxos e avessos à vulgarização stalinista, eles trouxeram à luz elementos fundamentais para a construção da historio-

grafia marxista contemporânea: a história do movimento operário inglês, da cultura popular, dos movimentos sociais, a história das idéias e do próprio marxismo, das grandes revoluções econômicas, políticas e sociais etc.

Outra inovação definitiva e exemplar foi a combinação da erudição com uma linguagem bastante acessível, como nos explica o próprio Hobsbawm: "Eu procuro escrever meus livros para um público de pessoas com educação mediana em geral. Um público que quer conhecer o passado para poder compreender o presente através da compreensão do passado" (*Folha de S. Paulo*, 04/06/88).

Mesmo depois da dissolução da "célula da história", com a crise dos PCs que se seguiu à revelação dos crimes de Stálin

e à invasão da Hungria pela União Soviética, nem a produção teórica, nem a participação política de seus membros chegou a ser abalada. E. P. Thompson é, hoje, um dos principais militantes do movimento pacifista inglês, dedicando suas últimas obras à causa do desarmamento. Christopher Hill continua dedicado ao estudo dos movimentos sociais e da cultura popular.

Hobsbawm, além de sua monumental obra e contínua participação na esquerda inglesa, mostrou sua coerência no Brasil. Além dos compromissos acadêmicos e editoriais, o historiador visitou um importante espaço do movimento operário e popular: o Instituto Cajamar (Inca), centro de formação política e sindical da CUT e demais entidades representativas dos movimentos sociais. Ainda a convite do Inca, da Fundação Wilson Pinheiro e da revista *Teoria e Debate*, do Partido dos Trabalhadores, ele realizou, na PUC de São Paulo, uma conferência para sindicalistas, estudantes e militantes socialistas.

Em sua exposição, Hobsbawm falou das tendências do movimento operário internacional da atualidade, reconstituindo, para tanto, os principais momentos da história da luta operária dos séculos 19 e 20. Ele recorreu à história comparada para analisar as diferenças entre as industrializações recentes e tradicionais, colocando em destaque o período em que vivemos, marcado por transformações históricas sem precedentes.

Entre os principais aspectos destas transformações, Hobsbawm enfatizou o fato de a classe operária estar diminuindo, em seu peso absoluto e relativo, nas sociedades capitalistas centrais. Ao mesmo tempo, surgem no cenário mundial novos países industrializados que modificam a correlação de forças característica de todo um período, como é o caso da ascensão do Japão, da unificação da Europa e do declínio relativo dos Estados Unidos. Junta-se a isto a crescente diminuição dos camponeses em vários países, a automatização e informatização das economias de ponta, além da terciarização e transnacionalização destas economias.

Por outro lado, os países recentemente industrializados, como é o caso do Brasil e da Coreia do Sul, apresentam novas contradições e um novo tipo de movimento operário que, dentro de um contexto global, lançam novos desafios para o movimento operário internacional, principalmente no que diz respeito à nova composição orgânica do proletariado. Isto inclui novas categorias de trabalhadores e relativiza o peso da classe operária enquanto único setor que polariza e tensiona as relações com os proprietários dos meios de produção.

O próprio Hobsbawm soube ponderar suas observações. Ele reconhece que os diferentes níveis de transformações na economia mundial são motivos para diferentes tipos de comportamento do movimento operário de cada região, arriscando até uma comparação entre o PT e os partidos operários europeus do final do século 19.

Quanto às condições subjetivas para a reconstrução de uma estratégia socialista e popular, Hobsbawm condenou o dogmatismo e a ortodoxia, principalmente dos grupos e partidos que atuam nos movimentos sociais como portadores do monopólio da verdade revolucionária. Sublinhou, ainda, a necessidade de se ampliar a articulação entre os sujeitos sociais que compõem a maioria de explorados e oprimidos, apontando para uma união da esquerda e demais segmentos sociais que aspiram por uma alternativa ao capitalismo. E citou, como exemplo, os trabalhadores do setor terciário, os movimentos feministas, os novos movimentos sociais etc.

História e movimento operário

Quanto à produção teórica, mais especificamente aquela que procura abordar o desenvolvimento da classe operária e do movimento operário, Hobsbawm também deixa transparente o seu esforço no sentido de diferenciar história de ideologias. Por mais que o historiador, principalmente o marxista, tenha consciência de seu compromisso político, é necessário corrigir algumas imperfeições. Em seu livro *Mundos do trabalho* (Paz e Terra, 1987), procura identificar algumas características da história operária que, em primeiro lugar, confundia "classes operárias" com "movimento operário", o que se transformava na história da ideologia desses movimentos (p. 18).

Em segundo lugar, a história operária que partia "de dentro do movimento" (escrita por militantes) tendeu a atribuir a certas manifestações do movimento operário uma importância que ninguém mais reconhecia. Com isto, se conduzia a uma defi-

ciência para distinguir o relativamente importante do relativamente corriqueiro, além de um certo isolamento da história dos movimentos operários em relação ao resto da história (pp. 19-20).

Além dessas observações, Hobsbawm questiona o modelo tradicional de se escrever a história operária, que, frequentemente, privilegiava a atuação de determinados partidos, lideranças e posições ideológicas, produzindo uma visão apenas panorâmica da classe e do movimento, quase nunca abordando o comportamento das bases, dos não-militantes, dos simpatizantes etc.

Frente a estes problemas, Hobsbawm observa que a história operária é parte da sociedade (certas sociedades), onde estão presentes relações de classe, que não podem ser adequadamente descritas se analisadas isoladamente, ou apenas em termos de suas divisões ou estratificações internas (p. 29). A história operária é um assunto multifacetado, embora os níveis de análise formem um todo: trabalhadores e movimentos, bases e líderes, que atuam num contexto herdado do passado e que mudam ao longo do tempo.

Por último, Hobsbawm chama a atenção para uma questão fundamental: a relação entre interpretar e transformar o mundo. "A interpretação deve ser objetivamente válida, quer nos seja conveniente ou não, ou melhor, deve ser comunicável a qualquer um" (p. 31). Para ele, o compromisso político não está dissociado do esforço de uma interpretação séria da história, tanto de quem a faz como de quem a escreve. Isto deve servir de base para todos aqueles que tem um compromisso prático e teórico com o movimento operário e popular, que podem encontrar na obra de Hobsbawm uma fonte indiscutível de reflexão.

Mauricio Broinizi Pereira é pós-graduando em História na Universidade de São Paulo e colaborador do programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário" do CEDI.

Sugestões para leitura

Livros de Hobsbawm editados no Brasil, pela Paz e Terra:

A era das revoluções, 1977

Revolucionários — ensaios contemporâneos, 1981

Os trabalhadores — estudos sobre a história do operariado, 1981

A era do capital (1848-1875), 1982

A invenção das tradições (organizado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger), 1984

Mundos do trabalho — novos estudos sobre história operária, 1987

A história do marxismo (organizada por Eric Hobsbawm), 10 volumes

A era dos impérios (lançamento previsto para agosto, na Bial do Livro)

Após uma defesa apaixonada da paz e do desarmamento, na sede da ONU, em junho deste ano, o presidente Sarney afirmou que “não vendemos armas, de nenhuma maneira, a países que estejam em conflito. Nós só vendemos, mesmo, armas que não são sofisticadas, para a defesa. E essa é a posição do Brasil”.

A declaração choca-se frontalmente com a realidade e levanta dúvidas sobre a já abalada credibilidade do governo. É difícil acreditar que Sarney esteja mal informado. Afinal, todas as exportações de armas brasileiras requisitam uma aprovação prévia do Conselho de Segurança Nacional, subordinado diretamente à Presidência da República. E entre elas, constam as exportações brasileiras para países em guerra, como o Iraque, ou em situação conflituosa, como Honduras.

Tomando-se como exemplo a Avibrás, que tem como carro-chefe de suas vendas o Astros 2 (um sistema de foguetes de saturação), as exportações para o Iraque aparecem claramente nos dados da Carteira de Comércio Exterior (Cacex), do Banco do Brasil, expressos na tabela da página seguinte.

Além das vendas para o Iraque representarem quase a totalidade dos negócios da empresa entre 1982 e 1984, a rubrica de “não declarados” em 1985 e 1986 deixa margem às mais diversas especulações.

A Engesa também ignorou a vocação pacífica do Brasil, vendendo seus blindados sobre rodas para o Iraque e a Líbia, entre outros países. Um de seus blindados sobre rodas, o Cascavel, foi um dos protagonistas da lista divulgada pelo governo do Chade, contendo a relação do material bélico capturado ou destruído durante os recentes conflitos armados com a Líbia. A relação, divulgada no Jane's Defence Weekly, uma revista especializada, contém dezessete unidades destruídas e oito unidades de Cascavel capturadas do exército líbio.

Além das empresas privadas, a Embraer — cujo controle acionário é do Ministério da Aeronáutica — também conta com o Iraque entre os compradores de seus produtos. E, apesar do apoio brasileiro às gestões desenvolvidas pelo Grupo de Contadora para a paz na América Central, a empresa vendeu a Honduras, em 1984, oito aviões Tucano, na versão de combate à guerrilha. Sabe-se que o governo hondurenho está diretamente envolvido na agressão à Nicarágua.

A indústria bélica e a construção da democracia

Ruy de Góes Leite de Barros



A indústria bélica brasileira não só exporta para países em guerra como dela depende para a sua sobrevivência. Segundo dados do Anuário do Stockholm International Peace Research Institute (Sipri) de 1987, no período de 1982 a 1984, 48,3% das exportações brasileiras de armamento pesado destinaram-se ao Oriente Médio, onde apenas o Iraque foi responsável por 36,7%.

Do ponto de vista de vendas de armas, o pacifismo brasileiro é bastante questionável. Vendemos armas sem critérios além dos comerciais, sem exigências quanto à ideologia ou à existência ou não de respeito aos direitos humanos nos países compradores. Cabem na mesma lista o Chile de Pinochet e a Angola socialista, Iugoslávia e Honduras. A decisão não passa pela população nem pelos seus representantes. A economia das armas permanece em grande parte envolta em mistério. Passa imune pelo nosso longo processo de transição, restando como um dos bolsões de influência dos militares.

Trabalhadores nas indústrias bélicas

O mesmo controle e a falta de informações estão presentes para os trabalhadores nas indústrias que fabricam armamentos. Ao contrário de outros setores, como a indústria automobilística, por exemplo, faltam dados e estudos que permitam uma

análise que embase as negociações salariais, uma plataforma de atuação específica, as perspectivas de emprego e projeções para o futuro.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, que vem desenvolvendo um trabalho pioneiro de estudo sobre o setor, enfrenta essas dificuldades em sua prática diária. Em sua base encontram-se a Engesa, Embraer e Avibrás, que, juntas, empregam cerca de 20 mil trabalhadores. Elas produzem a maior parte dos armamentos exportados pelo Brasil. Há, também, outras empresas que fornecem componentes para essas indústrias, como a Tecnasa, Tectran, Fi-El e Ericsson.

O que ocorreria com estes trabalhadores se terminasse a guerra Irã-Iraque, que garante boa parte da produção? Qual o grau de estabilidade dos empregos? Quais são as tendências para o futuro? São perguntas de fundamental importância que os trabalhadores têm o direito de verem respondidas. Ao mesmo tempo, são questões difíceis de responder. Há poucos dados oficiais sobre a produção e exportação de armas, e os que existem aparentam pouca confiabilidade. Nos relatórios da Cacex, por exemplo, os foguetes da Avibrás exportados para o Iraque aparecem como "munição de caça e esporte". Os blindados da Engesa como "outros veículos automóveis". Essa falta de clareza não parece ocasional. Faz parte — junto com as declarações evasivas do presidente na ONU, as

contas Delta 3 e Delta 4, as explicações pouco claras sobre a base de Cachimbo, o segredo que permeou a existência do Programa Nuclear paralelo — de um mesmo jogo, que visa manter todo um conjunto de medidas fora do alcance dos olhos e ouvidos civis.

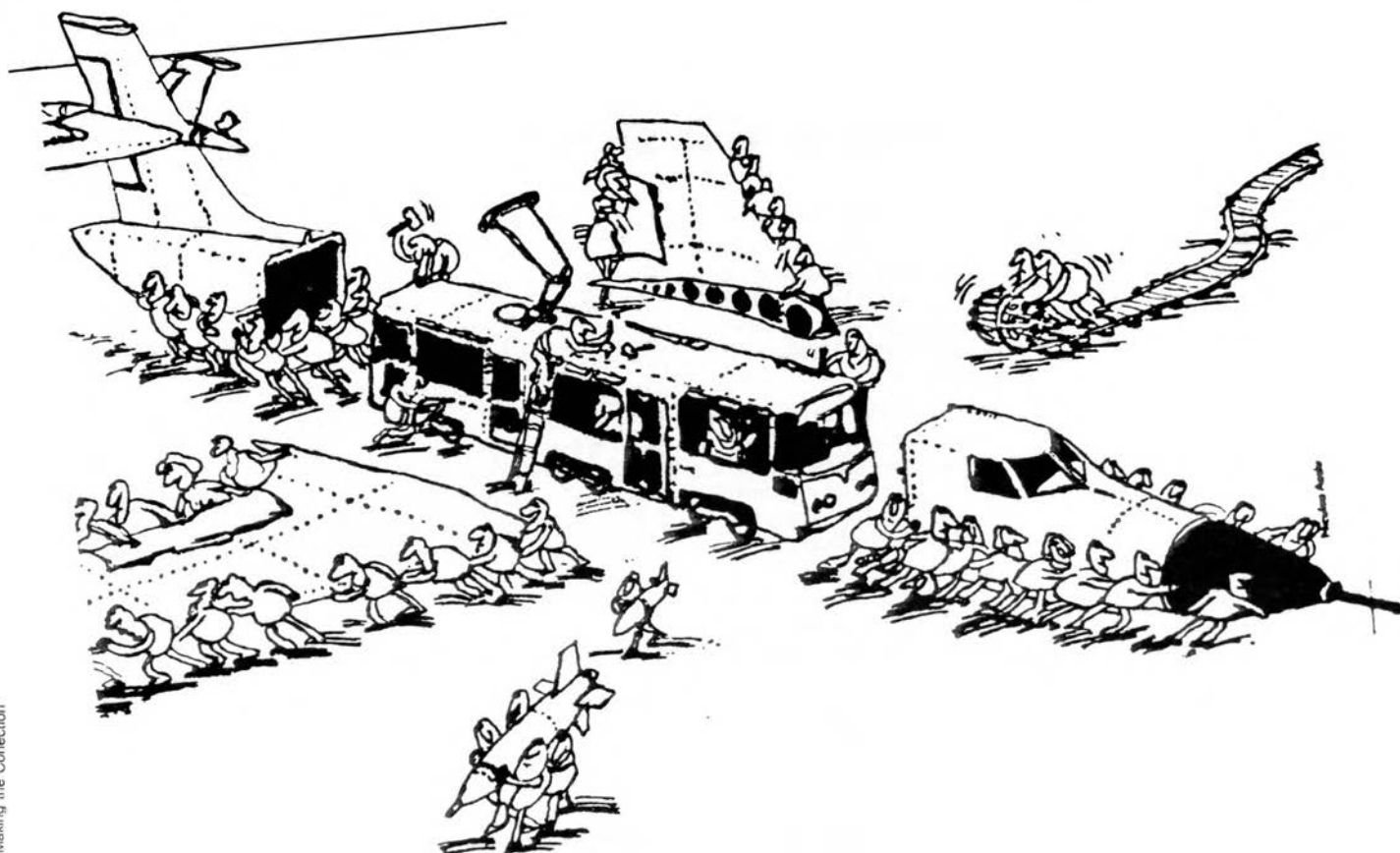
Nas fábricas

Ao boicote às informações, soma-se o tratamento diferenciado dispensado aos trabalhadores do setor. A mesma tutela, o mesmo controle, observados no âmbito da sociedade, também se fazem sentir nas unidades de produção. Por meio de rígidas normas de segurança, os trabalhadores são isolados do produto de seu trabalho e do contato com companheiros de outras seções. Restringe-se ao máximo o contato entre as pessoas e destas com os dirigentes sindicais.

Segundo José Luiz Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, "dentro da empresa, quando se elege um dirigente sindical, eles o retiram de perto dos outros trabalhadores e o transferem para outra seção, com pouca gente. Quando a empresa mantém o novo dirigente na seção de origem, colocam o chefe perto. Se ele conversar com algum trabalhador, eles dizem a este trabalhador que ele está correndo o risco de ser demitido. Isso acontece principalmente na Avibrás e na Engesa" (Apoio Sindi-



(Fonte: Revista Apoio Sindical, n.º 1)



cal nº 1). Os trabalhadores que se aproximam do sindicato sofrem advertências ou são sumariamente demitidos. E os chefes e dedos-duros se encarregam de divulgar que a demissão foi motivada pela atividade sindical. Em parte, devido a este procedimento, a porcentagem de sindicalizados nas indústrias bélicas se situa em torno de 10%, enquanto nas demais empresas há de 35% a 45% de associados.

A mudança desse quadro, tanto no âmbito sindical, quanto na sociedade, passa pela questão da democracia. Ainda no discurso pronunciado na ONU, Sarney afirmava: "É trágico para todos nós a constatação da massa gigantesca de recursos postos à disposição da tecnologia das armas e o quanto são cada vez menores os recursos que se destinam ao combate da pobreza absoluta". Talvez, se as discussões fossem abertas, seria possível, ao menos uma vez, concordar com Sarney e impedir o gasto de quase 2 bilhões de dólares no desenvolvimento do projeto do caça AMX, para citar apenas um exemplo.

Não há sentido em manter unicamente nas mãos dos militares um setor que envolve tecnologia de ponta, relações internacionais, projetos de grande vulto e o dispêndio de enormes recursos públicos. A destinação de verbas para a pesquisa e o

estabelecimento de incentivos fiscais de diversos tipos configuram um rumo para a economia do país. Temos o direito de decidir se estes investimentos são prioritários, se a venda de armas é um bom caminho para o desenvolvimento econômico.

O ato de aceitar que estes assuntos são restritos aos militares, que estão sujeito ao seu veto e manipulação exclusiva, implica em reconhecer o poder dos mesmos sobre o conjunto social, negar a autonomia do país e promover a permanência da tutela e do controle exercidos atualmente. Se eles podem determinar, com exclusividade, uma questão que afeta o conjunto, isso implica no reconhecimento do seu poder de excluir a sociedade civil das decisões mais gerais, e na legitimação de fatos como a interferência na Constituinte. A pressão militar foi decisiva, por exemplo, no episódio da votação do mandato do atual presidente.

A transferência real do poder para os civis passa pela quebra de certos tabus e ocupação de alguns espaços que permanecem intocados. É necessário pensar uma nova forma de relacionamento com os militares. Não se pode, a partir do movimento sindical e da sociedade como um todo, enxergá-los como uma entidade à parte. É fundamental abrir pontes de contato, es-

tudos em comum e deliberações conjuntas sobre questões que afetam a população. A próxima campanha eleitoral para presidente e a elaboração da legislação ordinária após a Constituinte, levantarão novos temas. Como o movimento sindical e os partidos se posicionarão quanto aos orçamentos militares, a alocação de verbas para pesquisa, o comércio de armas, os projetos militares em andamento? São questões pouco discutidas fora dos quartéis e, se por um lado, não houve até hoje muita disponibilidade em compartilhá-las, por outro, os sindicalistas e políticos pouco fizeram no sentido de capacitar-se para discutí-las com profundidade e conhecimento de causa.

A elaboração de propostas alternativas e a extensão do conceito de que a segurança nacional deve ser garantida mais pela democracia do que pelo sigilo, passam por iniciativas como a do Sindicato de São José dos Campos, que devem ser seguidas por outros sindicatos, Igrejas, partidos políticos e todos os que se comprometem com a paz e a construção da democracia.

Ruy de Góes Leite de Barros é geólogo e militante ecologista. Integra o Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário" do CEDI.

Dez anos de uma greve histórica

O dia 20 de maio de 1988 foi uma data especial para os metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Com a participação de aproximadamente 2 mil pessoas, eles comemoraram os dez anos de luta, mobilização e conquistas da categoria. O marco inicial desse período foi a greve da Scânia, no dia 12 de maio de 1978, que resultou numa paralisação geral dos metalúrgicos do ABC. A greve, que era uma palavra proibida, tornou-se um fato concreto para milhões de trabalhadores brasileiros.

A comemoração serviu também para um momento de avaliação e reflexão. Na atual conjuntura de crise política e econômica, com recessão, desemprego, arrocho salarial e poucas conquistas na Constituinte, os metalúrgicos reconheceram o avanço do sindicalismo, mas também seus impasses. Desde 1978, várias conquistas foram alcançadas e a mais importante delas desembocou na criação de um sindicalismo autônomo e independente, que deu origem à Central Única dos Trabalhadores e ao Partido dos Trabalhadores. Lula, presença destacada no ato, lembrou que os instrumentos de organização criados pela classe trabalhadora são importantes, mas em dez anos as condições de vida da população não melhoraram. “Não houve ne-



São Bernardo: resgate de uma data histórica.

nhuma conquista da classe operária sem uma longa e penosa luta e, apesar dos avanços, ainda acontecerão muitas lutas e mobilizações para que os trabalhadores possam superar a miséria e a exploração a que estão submetidos”, afirmou Lula.

Constante Castellani: a escola dos metalúrgicos de Santo André

O Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André (SP) mantém, desde abril passado, uma escola de formação sindical com o objetivo de “resgatar a história da classe trabalhadora, entender o seu desenvolvimento e comprometer-se com o seu futuro”. A preocupação em afirmar sua identidade está registrada no nome da escola. Constante Castellani, líder operário e dirigente da União Operária de São Bernardo, foi morto pela po-

lícia, em Santo André, durante uma greve em 1919 (na época, Santo André e São Bernardo faziam parte de um mesmo município).

Segundo Miguel Rupp, presidente da escola e ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos na gestão 82/88, “a Constante Castellani buscará capacitar politicamente os trabalhadores da região, fortalecendo sua organização política e sindical para superar a sociedade dividida em classes”. Nos cursos serão debatidos temas fundamentais para a classe trabalhadora: estrutura, relações e leis que regem o sistema capitalista de produção, contradições da produção capitalista e desafios do movimento operário, como a organização, a prática e a política sindical.

Um dos eixos importantes será a história do movimento operário na região, que tem refletido as lutas sindicais nacionais e internacionais. Este reflexo tem uma razão: os metalúrgicos de Santo André sempre atuaram de uma forma destacada nas mobilizações mais gerais da sociedade brasileira. A formação política será complementada com o desenvolvimento da leitura, redação, oratória, direção e organização de reuniões, que são elementos importantes para a prática política e sindical.

O funcionamento regular da Escola de Formação Sindical Constante Castellani acontecerá ainda neste segundo semestre do ano, com a realização de cursos para os metalúrgicos e demais categorias da região, a partir de um convênio com a CUT Regional ABC-Mogi.

No conjunto de iniciativas similares, como o Instituto Cajamar e outras escolas de formação política, a Constante Castellani é mais um organismo que fortalece e faz avançar o sindicalismo autônomo, classista e de luta.



Santo André: espaço próprio de formação política.

Eder Sader (1941-1988)

A paixão pela liberdade

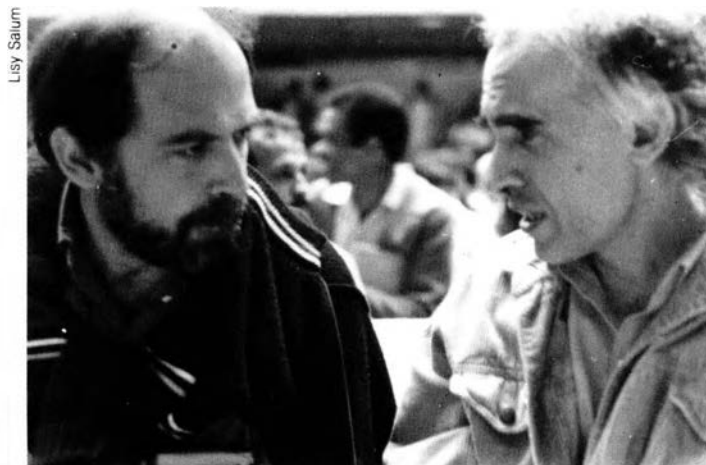
Marco Aurélio Garcia

A morte de Eder Sader, aos 46 anos de idade, vítima de Aids — contraída há uns dois anos aproximadamente, em uma transfusão de sangue —, representou, além de uma perda enorme para seus colegas, amigos e companheiros, a interrupção de um trabalho intelectual que atingira um momento de particular maturidade. Eder defendera no final de 1987 sua tese de doutoramento, na Universidade de São Paulo, uma análise original sobre o que ele mesmo chamou de “novas configurações dos trabalhadores” no curso da década passada na Grande São Paulo. O trabalho, acolhido com entusiasmo pela banca, que lhe outorgou a nota máxima e distinção, representa talvez uma das mais férteis reflexões sobre um período marcado, pelo menos na sua segunda metade, pela reemergência do movimento operário e de outros movimentos sociais.

Eder Sader foi um intelectual que sempre ligou sua atividade às lutas dos trabalhadores. Desde sua juventude, ainda estudante secundarista, militou na pequena Liga Socialista, organização muito influenciada pelas idéias de Rosa Luxemburgo. Essa filiação política e intelectual talvez tenha sido responsável por uma das constantes da reflexão teórica de Eder em quase trinta anos de militância: a extrema valorização da atividade espontânea das classes trabalhadoras e o peso que suas experiências têm na configuração do que se poderia chamar de consciência de classe.

Suas experiências como militante e dirigente de organizações de inspiração leninista como a Polop, o Partido Operário Comunista (POC) e, mais tarde, o Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR), do Chile, às quais nunca “renegou” mas sobre as quais produziu vigorosas reflexões autocríticas, não chegaram a afetar esta sua maneira de enfocar o papel das classes trabalhadoras nos processos políticos. Eder, como muitos de sua geração, desenvolveu grande parte de sua atividade política e intelectual em tempos sombrios, quando o Brasil e a América Latina viviam sob o impacto de ditaduras militares que penalizaram particularmente as classes trabalhadoras, submetendo-as a um regime de exploração sem precedentes acompanhado de uma repressão duríssima. É normal que no quadro de desorganização da classe operária provocado por estes regimes ele tivesse valorizado a atividade de vanguardas, ou de grupos que buscaram sê-lo, como alternativas de resistência à opressão.

O fracasso desses grupos, que ele viveu como derrota sua igualmente, não o mergulhou no pessimismo, nem deslocou-o para o campo da oposição liberal como aconteceu com tantos. Ao contrário, Eder tentou compreender o que ocorria no Brasil e na América Latina. Captou nas explosões sociais que marcaram o Brasil do final dos anos 70 sinais de que as classes trabalhadoras haviam desenvolvido uma multiplicidade de ações de resistência nas fábricas, nos bairros ou mesmo nos sindicatos atrelados ao Estado que havia permitido o surgimento de um poderoso sindicalismo e de uma experiência partidária absolutamente original no Brasil, como o PT.



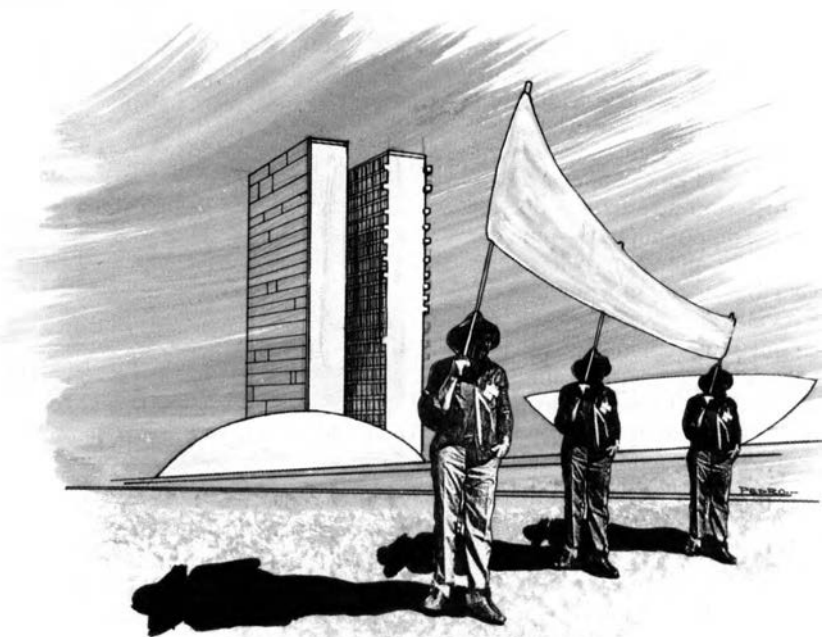
Eder Sader (à direita) e Marco Aurélio: militância intelectual vinculada à luta dos trabalhadores.

Essa capacidade de entendimento e de valorização das experiências de autonomia dos trabalhadores fizeram com que sua adesão ao PT se desse na primeira hora e sem nenhum traumatismo. Eder, na sua condição de militante e dirigente do Partido dos Trabalhadores, ao invés de propor fórmulas que levassem o PT a atingir tal ou qual “modelo” pré-estabelecido de “partido revolucionário”, dedicou todas suas energias intelectuais e políticas a pensar a originalidade da experiência em curso. Fez de sua militância um vigoroso projeto de invenção política. Esta foi a principal razão pela qual se transformou num interlocutor de todos quantos, como ele, procuravam desbravar os novos caminhos de uma política dos trabalhadores no Brasil. Sua presença nas reuniões partidárias, nos debates sindicais, nos cursos e seminários de formação, atividades que sempre preferiu à academia, tinha uma constante: ao lado de opiniões pertinentes que advinham de sua sólida cultura política, Eder demonstrava uma extraordinária capacidade de escutar, não raro reavaliando suas posições, quando sentia nos argumentos de seus companheiros elementos que questionavam suas posições.

Tudo isso não era consequência apenas de uma personalidade afável, de uma simplicidade e modéstia que foram seus traços marcantes. Antes de mais nada correspondia a uma postura intelectual e política de alguém que havia meditado e vivido intensamente as experiências do socialismo durante três décadas e que tinha horror às fórmulas feitas. Mais do que isso, refletia o comportamento de um homem que adquirira uma verdadeira paixão pela liberdade.

Marco Aurélio Garcia é professor de História e diretor do Arquivo Edgar Leuenroth da Universidade de Campinas (Unicamp).

Os direitos dos trabalhadores na Constituinte



A nova Constituição abrirá uma nova fase na história política do país. A classe trabalhadora deve refletir sobre a correlação de forças estabelecida no processo constituinte para demarcar o campo dos futuros embates sociais.

José Renato Vieira Martins

Há mais de meio século a classe trabalhadora brasileira luta por cinco reivindicações históricas: a reforma agrária, a estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho, o direito de greve e a liberdade de organização sindical. Como não poderia deixar de ser, estas reivindicações repercutiram no Congresso Constituinte. Entretanto, com exceção do direito de greve, que a permanecer como foi aprovado no primeiro turno terá representado uma importante vitória dos trabalhadores, as demais reivindicações foram lamentavelmente derrotadas, confirmando o caráter conservador

que assumiu o processo de “transição democrática” e que tem se refletido intensamente na elaboração da nova Constituição.

O pior retrocesso ocorreu na questão da reforma agrária. Apesar da retórica do “tudo pelo social”, o governo não moveu nenhuma palha para garantir o acesso de milhares de trabalhadores à posse da terra, cuja concentração criminosamente representa um dos aspectos mais revoltantes da injustiça social no país. A omissão do Planalto em relação à questão agrária contrastou com o esforço desempenhado para a aprovação dos cinco anos de mandato para o presidente Sarney, que além de envolver

o primeiro escalão do governo, contou com o apoio decisivo dos quartéis.

Diante desta omissão do Planalto, e frente às pressões da milionária UDR, o texto aprovado acabou representando um flagrante retrocesso em relação ao Estatuto da Terra. A permanecer como está, a nova Constituição terá ressuscitado a exigência da *indenização prévia*, eliminada pelos próprios militares em 64; a *isenção de desapropriação das médias propriedades*, quando o Estatuto da Terra o fazia apenas para as pequenas; e introduzido a noção de *terra produtiva*, conceito abstrato que inviabiliza na prática qualquer inicia-

tiva de desapropriação. Além desses obstáculos para a implementação da reforma agrária, a partir de agora a desapropriação fica condicionada ao cumprimento de interesses sociais. Em suma, o que foi aprovado e que dificilmente será alterado no segundo turno não representa outra coisa senão a consagração dos privilégios dos latifundiários e a *abolição de qualquer possibilidade legal de acesso à terra*.

Corporativismo sindical

Outra derrota lamentável ocorreu na questão da *organização sindical*. O rumo tomado pela Constituinte foi no sentido de consolidar a *estrutura corporativa* herdada dos tempos de Getúlio Vargas. A rigor, foram mantidos os principais pilares do corporativismo, como o imposto sindical, o sistema confederativo e o princípio da unidade sindical. Contudo, cabe lembrar que para preservar a essência do corporativismo a Constituinte precisou realizar uma autêntica ginástica jurídica, o que acabou acarretando um texto cheio de contradições. Assim, ao mesmo tempo que ensaja a interferência do Estado na organização dos sindicatos, o texto assegura certos princípios que futuramente poderão ser explorados pelos que batalham por um sindicalismo livre e independente do Estado. Isto fica claro quando se observa a questão do imposto sindical. A partir de agora os sindicatos terão maior controle sobre o dinheiro arrecadado, cuja utilização anteriormente era prevista pela lei. Como alguns sindicatos já vêm fazendo, o dinheiro recolhido compulsoriamente poderá ser devolvido ao trabalhador.

Em relação à *estabilidade no emprego*, os trabalhadores também não foram atendidos. A vitória do Centrão garantiu a instituição do regime de "indenização compensatória". Na prática, isto garante que os trabalhadores permanecerão sujeitos à rotatividade da mão-de-obra, ao arrocho dos salários e à ameaça do desemprego em massa sem qualquer amparo legal. Para se ter uma idéia do que isto representa, basta observar que, em 1985, 5,2 milhões de trabalhadores foram demitidos sem justa causa, o que equivale a 63% das demissões registradas naquele ano (Ministério do Trabalho, Rais/85). Mas também neste ponto o texto é contraditório. Se por um lado é assegurada a proteção do trabalhador contra a dispensa arbitrária, por outro, institui-se a chamada "indenização compensatória" para os casos de demissões injustificadas. Ou seja, o próprio texto torna letra morta o que foi aprovado. Para piorar, a nova Carta inviabiliza a relação de emprego estável, que ao contrário do que quiseram mostrar os empresários,

o Centrão e a grande imprensa, não significa necessariamente a proibição de demissões, mas apenas a sua regulamentação por parte do Estado, o que já existe na maior parte dos países capitalistas da Europa, no Japão e Estados Unidos.

Seis horas em risco

Quanto à *jornada de trabalho* pode-se dizer que houve um "empate". Se por um lado os lobbies empresariais lograram derrotar a aprovação das horas semanais, por outro os trabalhadores conseguiram a redução do turno ininterrupto de trabalho para seis horas. Para os que trabalham neste regime, o benefício alcançado é significativo. Entretanto, não há motivo para grandes comemorações. Isto por duas razões: a primeira, porque a aprovação das 44 horas semanais contraria frontalmente a disposição dos trabalhadores e suas lideranças sindicais, decididas a prosseguir a luta pela jornada de quarenta horas; a segunda, porque a aprovação do turno de seis horas é uma das garantias que o Centrão promete suprimir na segunda fase das votações. Desde já a sua preservação depende da pressão que os trabalhadores venham a exercer sobre a Constituinte para garantir aquilo que já foi conquistado. Ainda em relação à duração da jornada de trabalho, cabe notar que a aprovação das 44 horas semanais, prevista na emenda do Centrão e apresentada como uma grande conquista dos trabalhadores, representa exclusivamente a instituição daquilo que muitas categorias profissionais já obtiveram a partir dos acordos coletivos, não sendo nenhuma novidade.

Entre as principais reivindicações da classe trabalhadora, o direito da greve foi o único que registrou um avanço efetivo. Se o texto aprovado em primeiro turno for mantido como está, pela primeira vez na história deste país a greve será reconhecida como um *direito* do trabalhador, e não como um *delito*. Na prática, isto significa o fim dos julgamentos das greves e a falência da lei 4.330. Além desta importante conquista, o texto aprovado assegura a realização de greves independente do seu conteúdo (reivindicatórias, de solidariedade, políticas etc.), e sem depender de prazos para a sua decretação, como ocorre atualmente, pelo menos na lei. Em relação aos setores essenciais, a Constituinte transferiu para a legislação ordinária a definição dos serviços que serão assim considerados e a regulamentação das paralisações nestes casos. Para que o avanço conquistado não seja futuramente suprimido, os partidos que defendem este direito precisam conter o Centrão, que promete ampliar as restrições e inviabilizar o direito de greve nos serviços essenciais.

Conquistas no varejo

Se as principais reivindicações da classe trabalhadora foram derrotadas ou, como no caso do direito de greve, parcialmente contempladas, a situação é diferente em relação aos benefícios sociais, onde houve um avanço inquestionável em comparação com a Constituição atual. Como notou o líder do PT, deputado Luiz Inácio Lula da Silva, a classe trabalhadora "ganhou no varejo e perdeu no atacado". Certamente, com isto ele quis se referir às conquistas asseguradas ao nível social, como a licença-maternidade de 120 dias, a licença-paternidade, as férias com remuneração de 1/3 do salário integral, a hora-extra remunerada no mínimo 50% acima do normal etc. Apesar de insuficientes e infinitamente aquém das garantias sociais vigentes nos países capitalistas avançados, estas pequenas conquistas deverão repercutir no dia-a-dia da classe trabalhadora e, o que é mais importante, a partir de agora encontram-se constitucionalmente asseguradas.

Isto, no entanto, não altera o caráter compensatório que acabou revestindo todas elas. Ou seja, quando o Congresso Constituinte recusou a aprovação das principais reivindicações da classe trabalhadora, a saída que restou para manter as aparências, e fazer jus à retórica social da Nova República, foi conceder de uma forma paternalista alguns benefícios menores. Na realidade, todas essas conquistas que acabaram sendo outorgadas seriam desnecessárias se o direito à livre organização sindical fosse assegurado, garantindo assim as condições ideais para que os próprios trabalhadores se mobilizassem e lutassem pelos benefícios sociais que consideram necessário defender.

Embora preliminar (muita coisa deverá ser suprimida no segundo turno e, se depender do Centrão, mesmo estes pequenos benefícios poderão desaparecer), o quadro que se desenha não é o mais alentador. Quanto mais os trabalhos da Constituinte avançam, mais se consolida a sensação de que muito pouco foi alterado, e que mais uma vez a classe trabalhadora foi frustrada em suas reivindicações básicas. De qualquer forma, ao ser promulgada, a futura Constituição irá inaugurar uma nova fase na história política do país e, refletindo a correlação de forças que se estabeleceu ao longo do processo constituinte, demarcará o campo dos futuros embates sociais.

José Renato Vieira Martins é professor da PUC/SP e assessor do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos (Desep-CUT/SP).

Desafios atuais da pastoral popular

Clodovis Boff

Em vista da realização do 7º Intereclesial no próximo ano, em Duque de Caxias (RJ), importa se deter um momento para identificar os grandes desafios que a pastoral popular tem pela frente — ela que encontra nas CEBs uma expressão e um dinamizador particular.

A definição dos desafios é extremamente importante para traçar uma estratégia pastoral consistente. Mas isso só pode ser obra de um esforço comum. Por isso, o que é dito aqui pode e deve ser confrontado e discutido a partir de outras posições, para além de todo consensualismo pastoral e teológico.

Eis, em ordem de importância, os cinco maiores desafios que, a nosso ver, a pastoral popular tem que enfrentar nos próximos anos:

1º desafio: Acompanhamento dos militantes e dirigentes cristãos dentro do movimento popular

Temos uma significativa rede de comunidades de base. São ainda frágeis, mas possuem isto de bom: já definiram seu caminho, seu rosto vai-se esboçando. E estão gerando lideranças populares para fora delas mesmas.

Tais lideranças fazem uma experiência de fé específica. A Igreja e a sociedade, vistas da janela do sindicato ou do partido, aparecem bastante diferentes que da janela apenas da comunidade de base. Daí a necessidade de um trabalho de igreja específico para esses cristãos ("pastoral de militantes").

Ora, a pastoral popular sabe mexer com as bases, mas quase não sabe mexer com as novas cúpulas de ativistas e dirigentes. Esses carecem de uma formação específica, seja a nível bíblico-teológico, espiritual e litúrgico, como a nível ideológico e político.

Dentro do grande movimento popular, as áreas que atualmente mais necessitam de agentes preparados são o partido e as organizações no campo (sindicatos, sem-terra etc.). É ocioso discutir agora a importância estratégica dessas duas áreas.

A resistência que mostra a maioria dos agentes da pastoral popular em tratar da questão da formação de lideranças provém do fato de não perceberem, em primeiro lugar, que elas são filhas legítimas da base e não filhas degeneradas; e depois que



Flávio Itala



seu acompanhamento pode ser feito a partir da base, articulado com ela e a serviço dela. Não ver isso e gritar por “elitização” é expressão clara de “basismo”. Pois a questão não é cúpula/base, mas que cúpula, para que base.

Que em seguida esses militantes e quadros (“palavra odiosa”: Che) possam se articular por conta própria em termos políticos (e não apenas pastorais) — isso é uma segunda questão, que vem depois, tanto em importância como historicamente.

Esse nos parece ser o desafio primeiríssimo, que bate qualquer outro. Também por sua repercussão benéfica e multiplicadora sobre todas as outras pastorais: a de comunidades de massa etc. A pastoral de acompanhamento das lideranças poderá vir a ser uma verdadeira *pastoral-motora* dentro da pastoral popular.

2º desafio: Preparação dos dirigentes leigos na Igreja

Estamos aqui na área intra-eclesial, que tem sua importância — e grande — para a libertação histórica do povo.

Não se trata aqui da questão geral dos “ministérios leigos”, mas especificamente de um ministério particular: o *serviço da direção* (ou a direção dos serviços), envolvendo os animadores e coordenadores das comunidades.

A questão da formação das irmãs e padres em termos libertadores está mais ou

menos acertada e começou seu caminho. Falta é uma preocupação maior no sentido de propor também um caminho (planos, métodos, recursos etc.) para a formação dos dirigentes eclesiais leigos (ao lado dos dirigentes sociais e articulados com eles, cada um segundo seu carisma). Sem isso nunca haverá uma Igreja madura, com sua legítima autonomia pastoral. Sem dirigentes leigos, nunca existirá uma verdadeira “Igreja de comunhão”, como se pretende construir.

E quem não vê que, a partir de certo nível, os dirigentes eclesiais leigos precisam seja de uma base bíblico-teológica mais robusta, como de uma espiritualidade mais profunda?

Claro, essa formação — como para o dirigente social — só pode se processar a partir de baixo: da base (para a base). Isso pode ser feito atualmente sem perigo de “elitização”, porque a base já tem uma caminhada e uma consistência próprias. Trata-se, pois, aqui de um novo tipo de dirigente eclesial: alguém que surge da base e que permanece enraizado nela.

3º desafio: Trabalho em linha de massa

Talvez nem tenhamos descoberto ainda a massa, tanto nas CEBs como na esfera do partido. Sim, descobrimos o povo — aquela parte da massa que se conscientizou e se organizou, e que agora luta nas CEBs e no partido. Mas e o “povão”, a “massona” mesmo, que continua com sua religiosidade popular, que passa para as seitas, que vota “governo”, que é messiânica e fica à espera do “salvador”, seja ele religioso (“Jesus vem aí”), ou político (Jânio ou, na melhor das hipóteses, Brizola)??? E ela é a verdadeira maioria!

Ora, dá para fazer transformações estruturais, seja na Igreja como na sociedade, sem a participação dessa massa, na medida em que se faz povo? As classes dominantes, particularmente os partidos, é que são inteligentes: sabem “trabalhar” a massa a fim de se manter no poder, isto é, em suas costas, enquanto isso nós entregamos o ouro ao bandido.



Como reverter esta situação? Esse é o desafio! Bem, os próprios militantes cristãos do movimento popular serão obrigados a trabalhar "em linha de massa". Onde? Nas mais diferentes formas de mobilização popular: comícios, marchas, manifestações etc. Eles só têm mesmo é que aprender, com a experiência, como trabalhar com as massas (dinâmicas macro) — o que é muito diferente do trabalho com comunidades (dinâmicas micro). De todos os modos, aqui um desafio (militantes) encontra outro (as massas). Os quadros não são a "estrutura portante", a "ossatura dirigente" do povo?

Mas também os *agentes pastorais* se envolvem com a massa, particularmente nas diferentes manifestações religiosas, seja da religiosidade popular (procissões, romarias etc.), como do catolicismo tradicional (missas dominicais, semana santa etc.). Só que os agentes de Igreja costumam fazer "pastoral de massa" a contra-gosto. Grem este capital com suspeita e resignação, sem talvez imaginar o enorme potencial de evangelização e mobilização popular que aí se encontra. No Terceiro Mundo é impossível realizar uma transformação profunda e duradoura na sociedade sem levar em conta a religiosidade das massas (cf. os fenômenos recentes do Irã, África do Sul, Polônia, Filipinas, América Central, P. ti etc.). O desafio é este: desdobrar o apital religioso do povo em termos libertadores. Ou seja: desenvolver uma *nova pastoral de massa*.

4º desafio: pastoral da classe média (na ótica da libertação)

Onde está a classe média no processo da "Igreja dos pobres"? Vê-se que existem integrantes dela nas "pastorais sociais" na função de agentes e assessores. Mas são indivíduos, não classe média.

Contudo, existe uma "classe média inquieta", pessoas de boa-vontade, abertas e sensíveis à questão de uma fé libertadora: universitários, intelectuais, profissionais li-

berais, técnicos etc. Infelizmente, não temos uma pastoral organizada para ela. Não existe um "instrumento pastoral" adequado para isso.

Quem "fatura" essa "classe média inquieta" são as tendências de esquerda e os movimentos religiosos de cunho espiritualista e socialmente descomprometidos. E, assim, de possível aliada dos oprimidos, ela acaba se tornando sua adversária.

Ora, o que não ganharia o movimento popular com a entrada, não digo da classe média (que não existe como grupo homogêneo), mas de *frações* da mesma! Ela traria para o povo preciosos elementos intelectuais (teóricos e técnicos) e organizativos (pedagógicos e políticos), sem falar da repercussão que ela daria ao movimento popular ao nível da opinião pública.

Com respeito particularmente aos intelectuais, é bastante evidente o fosso que os separa, mesmo os de esquerda, da pastoral da Igreja. E como a "Igreja dos pobres" precisa de intelectuais orgânicos! Mais presença de Igreja no mundo da cultura — sempre na ótica da justiça.

De novo, trata-se aqui de uma pastoral de classe média *que parta do oprimido* e no interesse do oprimido. Nessa ótica, a classe média deixa de ser entendida como a fonte da "vanguarda histórica" (concepção historicamente superada desde os anos 60) e passa a se entender como *aliada e auxiliar* do povo organizado, podendo apenas entrar na direção na exata medida de sua encarnação da caminhada popular.

Mas quem começou a organizar algum trabalho nessa direção? E, no entanto, também esse é um desafio (embora em 4ª posição, em nosso juízo).

5º desafio: Articulação nacional das CEBs?

Faz algum tempo que esta questão foi levantada, mas ainda não recebeu resposta satisfatória. Talvez porque as condições objetivas ainda não amadureceram. Ou

talvez porque não se saiba ainda exatamente como colocar os termos do problema. Com efeito, isso depende da concepção eclesiológica das CEBs. Ora, para nós o estatuto teológico das CEBs é que elas são células vivas, sem especialização funcional, e não grupos de ação especializada, como a CPT ou os cursilhos: Igreja em movimento e não movimento de Igreja. Mas nisso tudo temos ainda que avançar. Daí o caráter interrogativo desse desafio. Para encaminhar, porém, a questão vão aqui três observações.

Primeiro: não é mais seguro a dinâmica das CEBs (de baixo para cima) passar por articulações *regionais* antes de chegar à nacional?

Segundo: não é melhor pensar essa articulação como um *serviço* (de comunicações e encontros) e não tanto como uma coordenação (de movimentos e ações programáticas)? Assim, uma eventual CP das CEBs teria outra natureza que a CPO, CPT ou Cimi.

Terceiro: essas articulações-serviços não devem se dar *no seio da instituição eclesial* (CNBB regional e nacional sucessivamente), transformando a Igreja a partir de dentro, segundo processos organicistas e não rupturistas das próprias CEBs?

Para finalizar: será que, para a articulação nacional não já das CEBs apenas, mas de toda a pastoral popular e até da CNBB, não está na hora de pensar num jornal de âmbito igualmente nacional?

Existem outros desafios: ecumenismo e eclesialidade das CEBs, espiritualidade e liturgia, relação das CEBs com a Igreja institucional e opressões diversificadas (mulher, negro e índio) etc. Mas, neste momento, nenhum destes desafios se iguala em urgência aos referidos acima, especialmente aos três primeiros, salvo melhor juízo.

Clodovis Boff é frade servita e assessor das CEBs. Autor, entre outros livros, de *Teologia-pé-no-chão*.

Aconteceu

Assinatura anual Cz\$ 600,00

América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 85

Europa, África e Ásia: US\$ 100

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.



Arquivo Cesep

Gustavo Gutiérrez

Um perfil amigo

O teólogo peruano completa sessenta anos. Convivem nele uma inteligência vivamente racional e uma sensibilidade que desarma os esquemas da racionalidade moderna. Seus trabalhos mais recentes tratam da espiritualidade e buscam nutrir a vida de fé e oração dos cristãos comprometidos com as lutas populares.

Frei Betto

Na 7ª Conferência Internacional da Associação Ecumênica dos Teólogos do Terceiro Mundo (Eatwot), em Oaxtepec, México, em dezembro de 1986, o teólogo negro norte-americano James Cone queixou-se do rosto demasiadamente branco da Teologia da Libertação latino-americana. O curioso é que a seu lado se encontrava Gustavo Gutiérrez, de perfil tipicamente indígena: a pele morena, o rosto redondo, o tronco baixo e atarracado, os olhos levemente esticados, revelando sua ascendência quechua. Em casa, seu pai falava essa língua do antigo Império Inca. Porém, mais do que a língua e o aspecto, Gutiérrez herdou dos índios andinos o estilo. E é justamente isto que surpreende quem o conhece: nele se combinam — não sem conflitos — uma cabeça dotada de inteligência vivamente racional, lapidar, que se expressa em seu discurso tão articulado quanto as peças de um instrumento de precisão, e uma sensibilidade que desarma todos os esquemas da racionalidade moderna. Coabitam nele o intelectual de Louvain — onde foi colega de Camilo Torres e defendeu tese baseada em Freud — e o índio do altiplano peruano.

Por isso é capaz de ingressar numa sala de conferências sem se fazer notar, como se deslizasse sobre os próprios pés. Ou de visitar seu amigo Miguel D'Escoto sem que

nenhuma outra pessoa se dê conta de sua presença em Manáguas. É como se ele pudesse trafegar, não pelas estradas que se oferecem aos viajantes citadinos, mas por trilhas e atalhos que só o povo da selva conhece. Esse dom atávico lhe permite dominar um novo idioma, um outro campo do saber ou passar por Nova Iorque, Paris ou Bonn como um índio que se esgueira entre árvores e folhas, observando sem ser observado, ágil como um pássaro e discreto como uma lhama.

Em Gutiérrez coabitam o intelectual de Louvain — onde foi colega de Camilo Torres e defendeu tese baseada em Freud — e o índio do altiplano peruano

Graças a esse estilo ele pode trabalhar no esboço do famoso Documento de Medellín, aprovado pela Conferência Episcopal Latino-Americana, em 1968 — texto que viria a ser fundamental à prática e teoria da Igreja dos pobres no continente. Certa ocasião, Gutiérrez chegou à Roma no momento em que o episcopado peruano discutia o teor de suas obras com altos dignatários da Cúria. Quem pode garantir que o texto final, mais benéfico a ele do que o projeto inicial, não tenha sido redigido pela pena do próprio Gustavo?

Dotado de um recato capuchinho, ele se move no âmbito político dos embates teológicos com a mesma sabedoria de um jesuíta. Embora sua expressão por vezes traduza essa angústia metafísica própria dos povos familiarizados com o tênue limite que separa a *vida* da *morte*, ele jamais se afoba e sua intuição aguda é capaz de trazer à tona soluções imediatas a intrincados problemas, como se ele já houvesse meditado meses sobre a questão que acaba de aparecer. É capaz de ficar horas sen-

tado, escrevendo um novo artigo num banco de aeroporto, ou ouvindo um interlocutor, enquanto morde nervosamente um palito com seus dentes fortes, levemente separados.

Suas respostas são quase sempre ironicamente divertidas, como quem propõe um jogo de inteligência. Quando profere aulas e conferências obedece a um rígido esquema, dentro de uma cadência triade, tão articulado que dá a impressão de que ele decorou o texto. Suas anedotas imprimem às suas palavras um sabor todo es-

Suas anedotas imprimem às suas palavras um sabor todo especial, pois é sempre capaz desta rara virtude que tanto o encanta: o humor

pecial, pois é sempre capaz desta rara virtude que tanto o encanta: o humor. Seu espírito de humor faz com que mantenha certo distanciamento crítico diante de todos os fatos. Nunca se deixa trair pela emoção, pois sabe que nada do que é humano merece ser tomado demasiadamente a sério.

Convivi com Gustavo Gutiérrez em Puebla, em janeiro e fevereiro de 1979, durante a 3ª Conferência Episcopal Latino-Americana. Daquela vez seu nome, em companhia dos demais teólogos da libertação, fora excluído da relação de assessores oficiais. Ele não tinha acesso direto ao local em que os bispos se encontravam reunidos, porém muitos prelados vinham em busca de sua ajuda, o que o obrigava a atravessar noites em claro para formular esboços e propostas.

Ficamos todos precariamente hospedados em dois apartamentos sem mobília, onde a água raramente chegava e nunca havia luz nos banheiros. Comia-se algum

Várias vezes o encontrei em seu escritório de trabalho — a “torre” de Rimas, um bairro pobre de Lima. Certamente um dos gabinetes mais desordenados que já vi. Espalhados e misturados pelo chão, latas de coca-cola junto a obras do cardeal Ratzinger, garrafas deitadas sobre documentos pontifícios, fios soltos atravessados entre papéis empoeirados. Nem o menor sinal de que uma faxineira tenha estado ali desde a chegada de Francisco Pizarro ao Peru... No entanto, aquela balbúrdia tem uma lógica para ele. Sabe exatamente onde encontrar cada coisa. É em meio àquela papelada que ele devora com avidez os livros que lhe chegam. Quando sente fome, vai a um bar próximo onde se come um indefinível prato-feito em companhia de subempregados.

Gutiérrez sempre preferiu ler a escrever. Tem seu próprio método de leitura dinâmica, como se possuísse uma antena capaz de captar a qualidade do conteúdo de uma obra. Escrever é, para ele, um dolo-

zinger havia anunciado para setembro uma resposta à defesa apresentada por Leonardo Boff em favor da obra *Igreja, Carisma e Poder*, censurada por Roma. Passara o Natal e a Cúria permanecia em silêncio. A 2ª Instrução sobre a Teologia da Libertação, em base à consulta aos bispos latino-americanos, prometida para novembro ou dezembro, também não saíra. Quem sabe haviam preferido que o Papa proferisse uma palavra mais oficial a respeito da Teologia da Libertação exatamente *in loco*... Nada mais oportuno do que um pronunciamento durante a visita à terra do pai da Teologia da Libertação. Gustavo tinha receio de que o Papa dissesse algo que pudesse ser interpretado como condenação à sua teologia. Seria catastrófico. Mesmo assim, ele estava disposto a abandonar aquela “torre” que o protegia do assédio da imprensa e fazer-se presente no encontro do Papa com os sacerdotes e com o povo, na praça. Mais uma vez sentia-se seguro de que, por obra e graça de suas raízes indígenas, de quem sabe caminhar na mata sem se perturbar o sono da natureza, sua presença seria tão discreta quanto a garoa que de madrugada cobre os terraços de Lima.

A caminho de Cuba, os irmãos Leonardo e Clodovis Boff e eu passamos por Lima na noite de 4 de setembro de 1985. Encontramos Gustavo na paróquia de periferia onde, em companhia do padre Jorge, responsável em Lima pela Pastoral Operária, o teólogo exerce seu ministério sacerdotal. Insistimos para que ele fosse conosco a Havana, pois Fidel Castro manifestara muita vontade de conhecê-lo. Ele se esquivou, alega que naqueles dias um grupo de bispos peruanos, liderados por monsenhor Duran Enriquez, prepara um manual contra suas obras. O que lhe exige dedicar-se à elaboração de uma espécie de defesa prévia. Tempos depois o próprio Gutiérrez confirmaria que não viajara a Cuba atendendo à solicitação do padre Carlos Manuel de Céspedes, secretário geral da conferência episcopal cubana, que fora seu colega em Roma. O sacerdote cubano temia que se explorasse politicamente a presença do teólogo peruano na ilha.

Na noite seguinte ao nosso encontro em Lima, Leonardo, Clodovis e eu estivemos com Fidel Castro em Havana. Este lamentou a ausência de Gutiérrez, leu de pé, atento, a carta que o teólogo lhe enviara e comentou que acabara de ler *Teologia da Libertação*, cuja fundamentação científica e densidade ética lhe impressionara. Ressaltou especialmente a propriedade como o autor trata a questão da luta de classes e as dimensões da pobreza. E acrescentou, enfático: “Precisamos divulgar tais obras no movimento comunista. Nossa

Fidel Castro leu de pé, atento, a carta que o teólogo lhe enviara e comentou que acabara de ler a Teologia da Libertação, cuja fundamentação científica e densidade ética lhe impressionara

maná que caía do céu, pois não tínhamos cozinha e nos restaurantes da cidade ficávamos à caça da imprensa internacional, sempre à procura de um teólogo que pudesse decifrar a linguagem eclesial dos textos ou dar um entrevista exclusiva que viesse confirmar a natureza rebelde e o caráter herético da Teologia da Libertação...

Após driblar por dias todos os correspondentes estrangeiros, na tarde do domingo, 4 de fevereiro de 1979, Gutiérrez aceitou a sugestão do Centro de Comunicação Social (Cencos), do México, de conceder uma coletiva no Hotel del Portal. Ali ele frisou que a Teologia da Libertação não pretende ser uma reflexão sobre o pobre. O sujeito dessa reflexão teológica é o pobre mesmo, agente transformador da história. Dar ao pobre o direito de pensar e de se expressar teologicamente. Por mais que os jornalistas o apertassem para que saísse de sua boca algo que pudesse ressoar como heresia, Gutiérrez se mostrava fiel aos pobres e à Igreja. Ele é mestre na arte de (re)conciliar pólos aparentemente antagônicos, propondo sínteses que nos induzem a uma nova leitura da tradição e da realidade circundante.

roso parto. E quando o faz, custa a admitir que chegou à redação final. Sempre o considera um texto provisório a ser revisito e melhorado. Por isso, quase todas as suas obras nasceram de conferências mimeografadas. E não é improvável que ele seja autor de mais textos inéditos, conhecidos apenas por um pequeno círculo de pessoas, do que obras publicadas. Em geral, nem assina os textos mimeografados, entre os quais figura uma excelente introdução ao pensamento de Marx e Engels e sua relação com o cristianismo.

Em janeiro de 1985, às vésperas da chegada do papa João Paulo 2º a Lima, encontrei-o na “torre” de Rimas escrevendo uma série de artigos relacionados com o importante evento eclesial. Enquanto falávamos, Gutiérrez tentava desfazer o cipoal de um longo fio de telefone, tão enrolado como ficaria um novelo de lã à boca de um gato peralta. Ele sempre necessita ocupar as mãos quando se sente apreensivo, seja torcendo um elástico ou brincando com a caneta entre os dedos. E naquele momento ele tinha motivos suficientes para estar tenso, pois o cardeal Rat-

gente não conhece isto. Para vocês é mais difícil elaborar uma obra destas do que para nós um manual de marxismo". Poucos dias depois Fidel diria, na presença do bispo Pedro Casaldáliga, do Brasil, que "a Teologia da Libertação é mais importante do que o marxismo para a revolução na América Latina".

Engana-se, porém, quem pensa que a veia política é a que lateja mais forte no coração de Gutiérrez. Ele é sobretudo um místico. Suas obras mais recentes — *O Deus da vida*, *Falar de Deus a partir do sofrimento do inocente* (uma reflexão sobre o livro de Jó) e *Beber do próprio poço* — são fundamentalmente espirituais, destinadas a nutrir a vida de fé e de oração dos cristãos comprometidos com as lutas populares. Para ele, a teologia é ato segundo. O ato primeiro é realizar, na prática libertadora, a vontade de Deus. E seu agudo olhar teológico capta a presença solidária do Senhor lá onde Ele parece mais ausente: no sofrimento dos pobres. Sofrimento que permeia a própria vida pessoal de Gustavo, cuja delicada saúde está sempre a exigir cuidados. No entanto, ele não se queixa por si mesmo. Prefere clamar pelos pobres. De certa feita, passei todo um dia com ele no curso de verão, em Lima, onde milhares de militantes das comunidades cristãs populares vão em busca de fundamentos teológicos. Notei que ele estava triste, embora tivesse proferido sua aula com a mesma vivacidade de sempre. Porém, havia uma sombra naquela face que se abre alegre quando cercada de gente simples do povo consagrada à utopia do Reino. Conversamos e nenhuma só palavra de autocomiseração brotou de seus lábios. Mais tarde fiquei sabendo que naquele dia sua mãe falecera.

O livro de Jó é uma autobiografia simulada de Gustavo Gutiérrez. Em suas páginas, emerge a profunda convicção de que toda a Teologia da Libertação provém do esforço de dar sentido ao sofrimento humano. Na busca desse sentido, o teólogo sabe que, como diz Clodovis Boff, tudo é político, mas o político não é tudo. A solidariedade com os pobres não se esgota na causa da justiça; ela conduz à esfera da gratuidade, onde o despojamento espiritual abre condições à comunhão com Deus. Assim como na América Latina a vivência da fé não pode ser separada das exigências políticas, também o projeto revolucionário deve encontrar uma mística cristã no horizonte exemplar de construção dos homens e mulheres novos. Por isso, a Teologia da Libertação só pode ser acusada de desprezar a dimensão espiritual por quem ignora a vasta bibliografia que brota da contemplação e da pena de Segundo Galilea e de Arturo Paoli, de Raúl

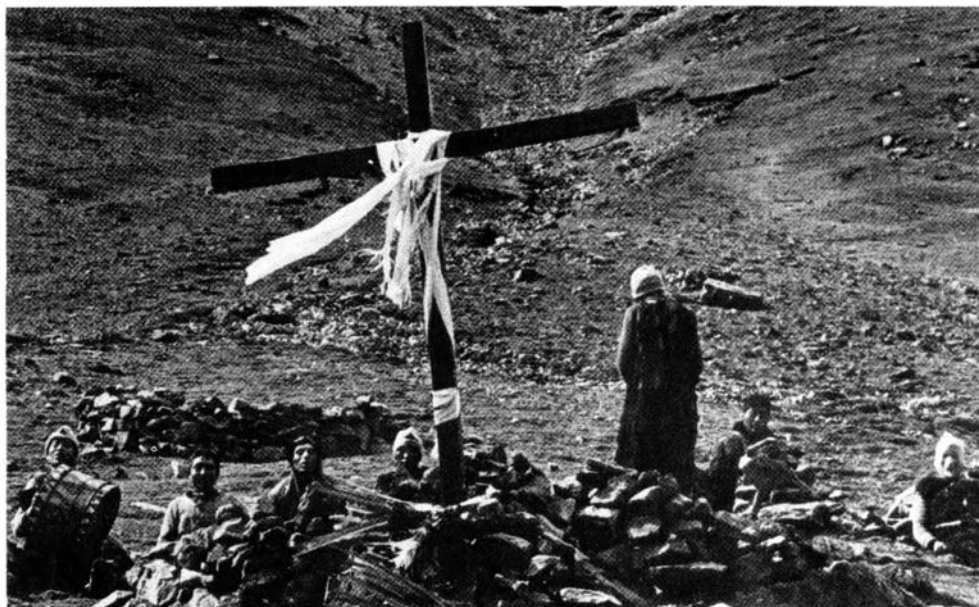
Engana-se quem pensa que a veia política é a que lateja mais forte no coração de Gutiérrez. Ele é sobretudo um místico

Vidales e de Elsa Támez, de Pablo Richard e de Leonardo Boff.

O estigma divino queima as entranhas de Gustavo Gutiérrez. Não se pode compreender toda a profundidade de sua inspiração intelectual, de seu profetismo e de sua alma mística sem conhecer estes três peruanos que estão na base de sua índole: José Carlos Mariátegui, César Vallejo e, sobretudo, José María Arguedas. Com o comunista Mariátegui, autor do clássico *Siete ensayos peruanos*, Gutiérrez aprendeu esse exercício de antropofagia cultural que consiste em *latinoamericanizar* toda a bagagem teórica de seus anos

o sacristão indígena de Lahuamarca diz ao padre: "O Deus dos senhores não é o mesmo. Faz sofrer sem consolo. (...) Estaria Deus no coração dos que rasgaram o corpo do inocente mestre Bellido? Estaria Deus no corpo dos engenheiros que estão matando 'La Esmeralda'? No coração da autoridade que tirou de seus donos aquele milharal onde, em cada colheita, brincava a Virgem com seu Filhinho?"

Em novembro de 1981, encontrei Gustavo em Manáguas. Ali, entre debates teológicos com os dirigentes sandinistas, no esforço de ajudá-los a compreender as diferentes posições dos cristãos frente à Re-



de estudos em Roma, na Bélgica, na França e na Alemanha. Do poeta César Vallejo, criador de *Trilce*, versos tão importantes à literatura moderna quanto *Ulisses*, a prosa de James Joyce, o teólogo herdou o lamento nostálgico da criatura sofrida frente ao silêncio do Criador:

*Dios mío, si tú hubieras sido hombre,
hoy supieras ser Dios;
(Los dados eternos)
Yo nací un día
que Dios estuvo enfermo.
(Espergesia)*

Porém, a influência maior vem do romancista José María Arguedas, de quem Gutiérrez foi amigo e a quem reverencia em muitas de suas conferências e textos. É sintomático que tenha escolhido para epígrafe de sua *Teologia da Libertação* uma página de *Todas las sangres* daquele autor quechua, justamente aquela em que

volução, nascia o esboço do que mais tarde viria a ser a obra sobre Jó. Ela retrata a questão fundamental que o teólogo se coloca: como falar de Deus entre tanta opressão? Se queremos a teo-logia, que é uma fala sobre Deus, dizia ele, primeiro devemos nos calar diante de Deus. Desse silêncio que reveste o coração dos pobres nasce a sabedoria. E é preciso poder repetir com Jó, entre tantas cruces latino-americanas e essa profunda sede de Amor: "Eu te conhecia de ouvir falar; agora, meus olhos te viram". Tudo em Gustavo Gutiérrez, sua obra e sua vida, converge para esta visão.

Frei Betto é irmão dominicano e assessor da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo. Escreveu, entre outros livros, *Das catacumbas e Batismo de sangue* (Civilização Brasileira).

WINNIE MANDELA

“Nessa luta temos a mesma identidade”

Entrevista a João Guilherme Biehl

Nonzamo Winifred Madikizela, nascida em 1934, numa aldeia de Transkei, vive de novo junto às filhas, em Soweto. Fugiu da prisão domiciliar que lhe foi imposta pelo regime militar de Pretória. “Não interessa como, mas eu mesma me libertei!”, diz ela. Apesar de nunca ter podido sair de sua terra sul-africana, percorre o mundo como *Winnie Mandela*. Suas palavras, ações, histórias, não só representam, mas são a própria luta pela libertação do pobre povo negro na opulenta e industrializada África do Sul. Em 1958, casou-se com Nelson Mandela, líder do banido Congresso Nacional Africano, e que desde 1962 está perpetuado na prisão.

Por seu engajamento na luta anti-apartheid, antes e depois do aprisionamento de Nelson, Winnie tem sofrido no corpo, na pele, toda sorte de discriminação, prisão e banimento. Mas não há força que tenha conseguido encarcerar sua certeza de que um dia os mais de 25 milhões de negros sul-africanos terão de volta sua terra, hoje controlada por cerca de 4 milhões de brancos, aliados com os interesses transnacionais.

E “Mama África”, como é carinhosamente chamada por sua gente, só quer mesmo que todos comam dos frutos de suas mãos.

Nessa entrevista exclusiva, concedida em Soweto em janeiro deste ano (pouco antes do governo de Botha ilegalizar a ação de dezessete grupos liberacionistas), Winnie fala, entre outras coisas, das reações do regime racista, da situação de Nelson e também da escravidão negra no Brasil.

TP — Fale um pouco das lutas imediatas e a longo prazo do povo negro na África do Sul.

Winnie — Nossa luta por libertação já dura mais de trezentos anos. Portanto, é claro que temos um projeto a longo prazo. Mas não o divorcamos dos problemas imediatos com os quais somos confrontados no cotidiano. Agora mesmo estamos experimentando um gravíssimo problema de moradia e aluguel, que já se estende por dois anos. Através de um boicote coletivo, da negação do pagamento de aluguéis, estamos pressionando o governo para que ele ofereça alternativas. Mas sempre deixando explícito que esta questão é consequência direta da economia do apartheid. Lutamos, pois, contra este regime segregacionista através de programas endereçando questões tidas a princípio como sendo somente imediatas.

TP — Como você vê o futuro da luta liberacionista?

Winnie — Na atual situação política é muito difícil planejar uma agenda do quanto ainda vai demorar até atingirmos nosso objetivo final. Como eu já coloquei anteriormente, nossa luta é longa, tem história. E agora atingimos o estágio em que o governo — devido a pressões internas, mas principalmente a pressões externas — está reagindo cada vez mais ferozmente, temeroso da perda do poder. Quer dizer, já estão muito assustados.

TP — E as melhorias anunciadas por Botha?

Winnie — Nós não percebemos, nem sabemos de qualquer melhoria, de qualquer mudança. O regime de Pretória gosta de brincar com as palavras e daí, é claro, que só falam mesmo é de mudanças cosméticas. O governo não quer, de maneira alguma, mudar a estrutura do apartheid. E reformismos constitucionais não nos interessam. Aliás, é impossível reformar o apartheid. É um ato imoral. Assim como o pecado, é impossível reformá-lo. É necessário destruí-lo.

TP — Como está a questão da falta de investimento das grandes companhias transnacionais?

Winnie — Somos um povo amante da paz. Se tivéssemos outra alternativa, jamais teríamos recorrido à luta armada. E nós vemos as campanhas de desinvestimento e sanções à Pretória como a única alternativa à luta armada, a qual fomos direcionados para acabar com esse governo violento. Muitos liberais, aparentemente “bem intencionados”, gostam de argumen-

tar que as sanções e os desinvestimentos vão fazer a nós, povo negro, sofrer ainda mais. Pois não entendemos esse tipo de raciocínio. Não podemos sofrer mais do que já sofremos e do que estamos sofrendo. Somos um povo que teve e que tem de enterrar milhares de crianças, jovens e adultos, todos combatentes da liberdade. Nós mesmos olhos vemos sangue rolando diariamente por esta terra. De maneira alguma nos beneficiamos com os investimentos estrangeiros. Nos resta, então, o apelo pelo desinvestimento internacional, a fim de que Pretória fique mais e mais isolada. Assim poderemos também nos fortalecer internamente. Somente quando a economia do país estiver tão desestabilizada a ponto de preocupar o *businessman* branco, é que eles vão começar a compreender o que o apartheid sempre significou para nós.

TP — Muitas igrejas falam de reconciliação, sem mencionarem arrependimento. O que você acha disso?

Winnie — Infelizmente, aqui em nosso contexto, mesmo a religião tem sido usada como instrumento de opressão. Utilizaram religião para nos ensinar que se apanhamos numa face, devemos oferecer a outra. Só que não mais falamos essa linguagem. Por mais de trezentos anos fomos espancados de todos os lados. E não vamos apanhar mais pacificamente. Por isso, em meio à violência do apartheid, não temos nada a reconciliar. Antes de que nossa ter-

ra volte às nossas legítimas mãos, não há, de fato, nada a ser reconciliado.

TP — Como está a situação de Nelson Mandela e de toda a liderança da luta anti-apartheid que ele representa?

Winnie — Uma questão muito difícil de discutir. Em todo caso, é um grande e sério problema para o governo. Como eles podem tirar a liderança das grades para dentro do apartheid, em meio às mesmas condições contra as quais estes homens lutavam há 25 anos? E para nosso povo a liberdade deles está conectada com libertação. Pretória não pode correr o risco de colocá-los de volta às ruas, onde há hoje ainda mais violência do que havia quando foram condenados. Quer dizer, a liberdade deles significa para nós negociação no sentido de transferência de poder da minoria para a maioria. E é só dentro dessa perspectiva que Mandela e outros prisioneiros políticos podem ser libertados. O Congresso Nacional Africano tem que deixar de ser uma realidade banida. E vocês podem ter certeza de que não há qualquer movimento governamental que sugira mudanças nesta direção.

TP — Muitos brancos estão se envolvendo na luta anti-apartheid. Também se dizem desumanizados por este sistema...

Winnie — Como me faz bem ouvir isso. Para nós a questão da cor nunca foi um problema. É verdade que também os

brancos estão escravizados. E precisam ser libertados junto conosco. Pertencemos todos à mesma família humana. E lutamos por uma libertação que permita a todas as pessoas, de cores, etnias, raças distintas, a possibilidade de um relacionamento igualitário. Por isso enfatizamos na nossa "Constituição Livre" que "este país pertence a todos os que aqui vivem". cremos que temos o direito de partilhar este país igualmente com todos. Quanto a nós, o apartheid nunca foi um problema de cor.

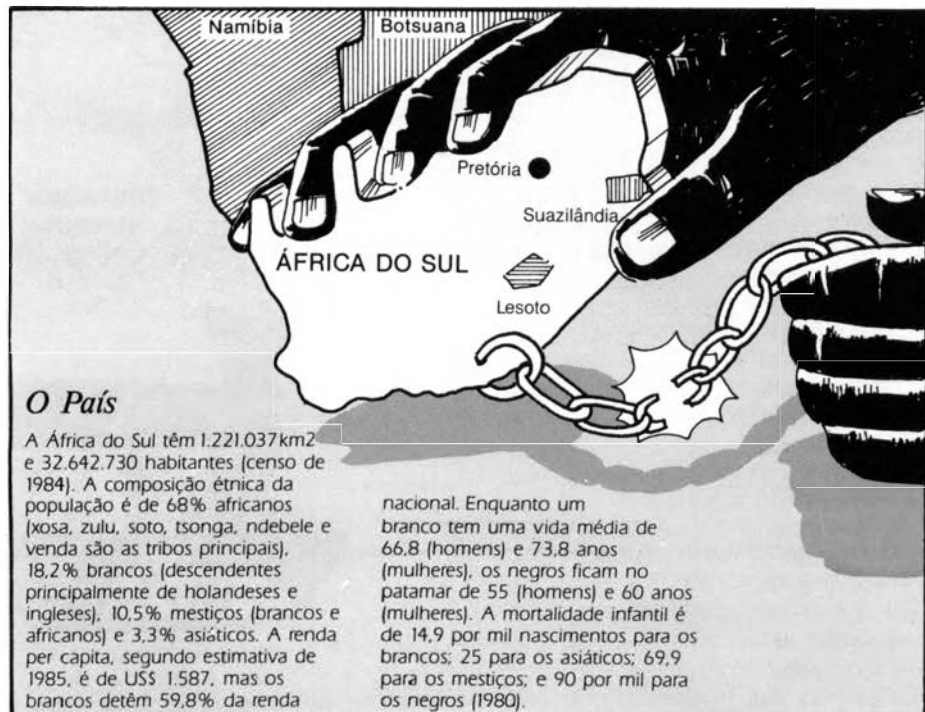
TP — Comente a acusação de que a luta para derrubar o governo de Pretória está respaldada pelos países do bloco comunista.

Winnie — É uma afirmação vazia, sem causa ou consequência alguma. Através de toda nossa história temos aprendido que tudo o que o governo diz ser ruim para nós é de fato bom. Por isso, ao nos atacarem e nos taxarem de "comunistas" estão, na verdade, só mesmo suscitando interesse e admiração do povo negro a essa realidade que, segundo o regime, tem de ser rechaçada como sendo demoníaca. Eles, por exemplo, me acusam de ser uma dessas "comunistas vermelho-reluzentes". E isso pra mim só significa que eles me temem, porque me têm como ferrenha adversária do apartheid e construtora da liberdade.

TP — Você tem alguma mensagem para os negros brasileiros, no ano em que se celebra o centenário da abolição da escravidão?

Winnie — Por aqui sabemos que no Brasil, a despeito da abolição, o povo negro ainda é escravizado. E não tem acesso real a emprego, saúde e educação dignas. Sem se mencionar sua total ausência em instâncias decisórias. É também uma forma de apartheid. Só que mais polida, mais sutil. Também sabemos que as dificuldades de organização popular, no nível geral da sociedade, são muito grandes. O que posso dizer agora é que os negros e toda a maioria oprimida brasileira têm nossa solidariedade. E assim como nós e outros países estamos lutando contra o imperialismo e contra toda opressão, também eles estão desafiados a fazerem de suas lutas imediatas pela sobrevivência um instrumento de conscientização, de construção de estruturas políticas e econômicas alternativas. E aí, nessa luta por libertação, temos a mesma identidade!

João Guilherme Biehl, jornalista e teólogo, é pastor da IECLB em São Sepé (RS). Autor de *De igual para igual* (Vozes) e *Tudo a ver* (Sinodal).



As delícias da impunidade

Rubem Alves

Quando eu estudava no grupo, decorei muitas poesias que falavam da minha pátria. E ainda me recordo da emoção que sentia. Mas não me lembro de qualquer poema sobre o Estado. Acho que é porque não há jeito de ser poético sobre ele. Pátria é nome bonito, cheio de sugestões de beleza e amor. Faz lembrar rios, campos, florestas, mares, montanhas, homens trabalhando, jovens se amando, crianças brincando. É nome que faz sorrir. Coisa de amor que a "banda" bem poderia tocar e estou certo que muita gente feliz iria entrar na marcha alegre. Mas o Estado é outra coisa, sem forma e sem cor, invisível e onipresente, que não é para ser amado, mas para ser temido. Pátria é coisa de amor. Estado é coisa de poder. Os seus símbolos são outros, diferentes e, em todos eles, não importa qual, está sempre a presença da violência.

Quem diz isto não sou eu. São outros.

Primeiro, o venerável santo Agostinho, que ninguém se atreveria a chamar nem de herege e nem de adepto da teologia (condenada) da libertação. Está lá, na sua obra Cidade de Deus, num estranho e fascinante parágrafo em que ele parece não saber traçar, ao certo, as fronteiras entre o Estado e um bando de ladrões. "Pois o que são os bandos de ladrões senão pequenos reinos?" Ele afirma: "O bando é formado por homens; é governado pela autoridade de um chefe e é mantido junto por um pacto. E os despojos são divididos segundo uma lei sobre que há um mútuo consentimento ('pacto social'). Se pela permissão de homens fracos este mal cresce até o ponto de se apossar de lugares, estabelecer abrigos, conquistar cidades e subjugar um povo, ele ganha, de maneira mais clara, o nome de reino, pois que esta realidade é agora manifestamente conferida a ele, não pela remoção da cobiça, mas pela adição da impunidade" (Livro 4, parágrafo 4). Curioso isto que, na cabeça do santo, o que caracterizava o Estado não era a justiça, mas antes, a realidade da violência impune. Com o que concordou Max Weber, cerca de 1.500 anos depois, sem nenhuma referência bibliográfica de rodapé ao pai da Igreja. Pois ele define o Estado como "a comunidade humana que, com sucesso (isto é, impunemente), exerce o monopólio do uso legítimo da força física sobre um dado território". Weber chama a atenção para o fato de que o "território" é uma das características do Estado. Mas





como o território é também uma das características da pátria, podemos dizer que a pátria é o espaço amado sobre o qual o Estado exerce a força física, de forma impune. Assim, sob esta metamorfose perversa, esquecem-se os rios, as montanhas, o mar e o céu cor de anil, cantados pelos poetas, como símbolos, e em seu lugar colocam o revólver do policial, o canhão do militar e os formulários do Imposto de Renda — todos eles símbolos do poder do Estado. Não admira que Nietzsche tivesse por ele tamanha repulsa. “O Estado? Que é isto? A morte de todos os povos. Estado é o nome do mais frio dos monstros. E é com frieza que ele conta mentiras. E é esta mentira que escorrega de sua boca: ‘Eu, o Estado, sou o povo. Sobre a terra nada existe maior do que eu: sou o dedo de Deus que tudo ordena’” (Assim falou Zaratustra, 1ª parte, “Sobre o novo ídolo”). Não é por acaso, mas por convicção, que ele se compraz em colocar o nome de Deus nos preâmbulos dos seus pactos. Porque Deus é um nome que garante a impunidade: o que é feito em nome de Deus só pode ser justo e bom.

A se acreditar nas palavras do teólogo pai da Igreja, de muitos séculos atrás, e nas do sociólogo e do filósofo de faz pouco tempo, somos forçados à conclusão de que, no frigidar dos ovos, o Estado é apenas a vontade dos fortes transformada em lei e violência. Com o que concordaria Humpty-Dumpty, para quem não importavam as convenções da linguagem, mas apenas quem manda, e também Theodore Roosevelt, na sua maravilhosa, cândida e sincera defesa da política norte-americana: “Fale brandamente. Tenha um porrete enorme em suas mãos. Você irá longe...” Claro que o porrete, instrumento de persuasão, pode ser tanto o cruzador quanto o cruzado... Em última análise, a questão crucial é a definição do mandato que, traduzido em jargão weberiano, tem a ver com o espaço de tempo em que um determinado grupo gozará da impunidade. Silencia-se o discurso político como fala sobre coisas de amor, de pátria e aquilo que o povo ama, e se impõe o discurso sobre as coisas do Estado, tão ao gosto dos que vivem sob a proteção da impunidade. É claro que os poetas não lhe poderiam ter cantado baladas. Em compensação o humor universal do povo lhe dedica piadas. Quando o poder se torna ridículo ele não mais pode invocar os nomes divinos. E é assim que se inicia o seu fim. Um inconfundível cheiro de decomposição...

O julgamento que vem dos destroços

Rosângela Soares de Oliveira

"Fez ele o que era mau perante o Senhor". Sobre quem pesava esse julgamento tão incisivo? Esse era o refrão cantado do exílio para a monarquia. Era o julgamento de quem estava caminhando entre os destroços da cidade, do templo, da muralha, do palácio, e tropeçava nos sinais de injustiça, infidelidade e opressão dos tempos da monarquia. Esse julgamento aparece no livro dos Reis. O título deste livro nos dá a impressão de ser uma crônica sobre as obras grandiosas dos reis. Mas a leitura dos textos nos leva a outra reflexão. Os reis fizeram o que era mau perante o Senhor! (1Rs 8,18, 2Rs 15,9; 21,16).

A monarquia não é momento de glória, mas de dor. O julgamento é direto ao rei, que concentrou em suas mãos o poder de representar Javé, e o traiu transformando o Estado em Deus. Foram poucos os reis, além de Davi — o pastor bem lembrado e bem amado — que tiveram por sentença o "ter feito o que era reto perante o Senhor" (2Rs 12,2; 18,3; 22,2).

Da formação do Estado à divisão em dois reinos — do Norte (Israel) e do Sul (Judá) — a monarquia durou quatrocentos anos, sendo que, para o reino do Norte, o tempo foi mais curto. Em 722 a.C. o império da Assíria conquistou Samaria, e aniquilou o Estado. E para o reino do Sul foram mais duzentos anos, embora não independentes, até que a derrota final acontecesse em 587 a.C.

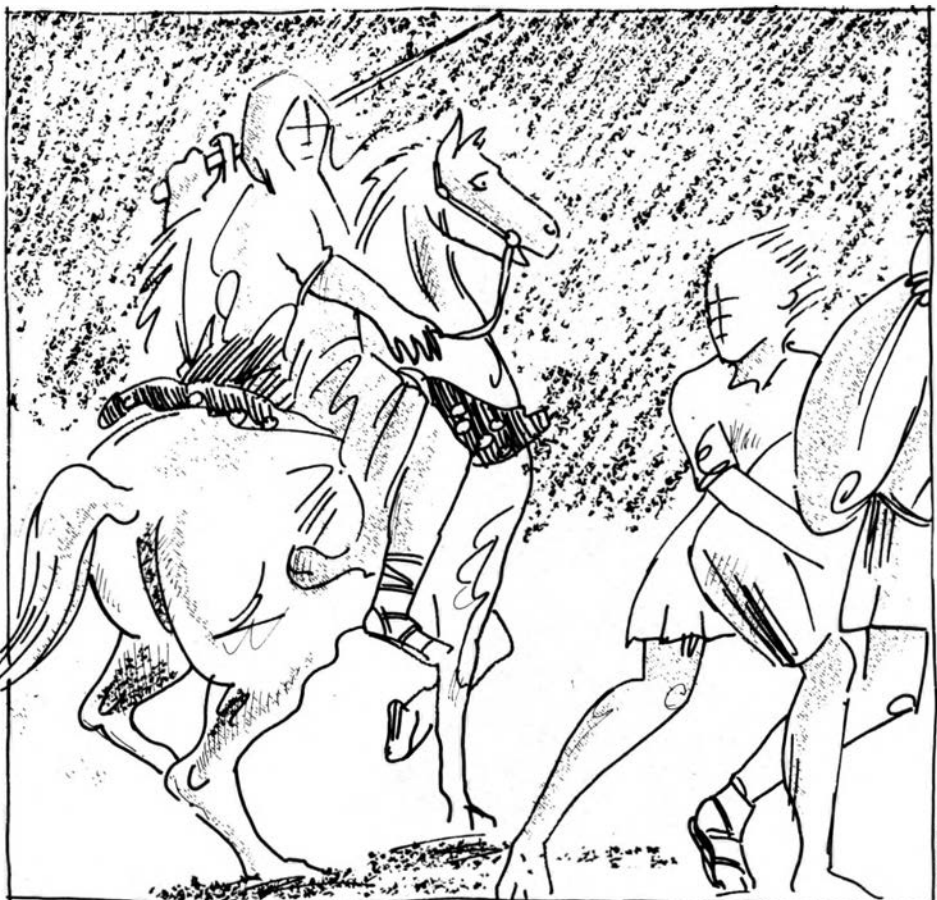
A conjuntura internacional

A Palestina fica no meio do caminho. A cada Império que florescia, ela sofria novas investidas. Ora pelos impérios do Norte — Assíria, Síria, Babilônia — ora

pelo Egito, ao Sul. Entre essas duas fronteiras, a Palestina negociava as suas alianças políticas.

A aliança política feita nos tempos de guerra era regada à base da prata e do ouro que havia no templo e no palácio. Assim fez Jeroboão (922-921 a.C.) para negociar a paz com o Egito (1Rs 14,25-28), Acáz com o rei da Assíria (745-727 a.C.),

Tiglate Pileser (2Rs 16,5-9) e Ezequias com Senaqueribe (704-681 a.C.), rei da Assíria (2Rs 18,14s). O tributo era uma instituição, no nível da política internacional, de domínio dos Estados mais fortes sobre os mais fracos. Aparece, nos livros dos Reis, repetidas vezes como que sinalizando a força do conquistador. Marca a dependência, a obediência, a espoliação.



No fim do século 7º, a Assíria entrava em declínio e florescia a Babilônia. Esses Estados se confrontaram em 609 a.C. O Egito se alia à Assíria e Judá à Babilônia. O faraó Neco e o rei Josias se enfrentam em Megido, e Josias é morto (2Rs 23,29). A Assíria fracassa diante da Babilônia e o Egito, derrotado nesta batalha, volta para o Sul com o firme propósito de recuperar forças políticas se estabelecendo na região da Síria-Palestina. Essa mudança de forças na conjuntura internacional se reflete em crise interna em Judá. O rei Josias é imediatamente substituído. O povo da terra que havia constituído Josias como rei, vencendo na disputa interna pela sucessão, assegura a Jeoacaz, filho de Josias, a unção de rei sobre Judá (2 Rs 23,30). Jeoacaz tinha 23 anos e reinou três meses (609 a.C.).

Intervenção estrangeira

O mandato de Jeoacaz foi encurtado pelo Egito. O faraó Neco chama Jeoacaz ao seu quartel-general em Ribla, possivelmente para negociar uma aliança, e o aprisiona e o deporta para o Egito, onde morre (Jr 2,10-12, Rs 23,33s). E Jerusalém é marcada com o sinal da dominação:

"...e impôs à terra a pena de cem talentos de prata e um de ouro, e constituiu rei a Eliaquim, filho de Josias, e lhe mudou o nome em Jeoquim. Jeoquim deu aquela prata e aquele ouro ao faraó, porém estabeleceu imposto sobre a terra pa-



ra dar esse dinheiro segundo o mandato do faraó; do povo da terra exigiu prata e ouro, de cada um segundo a sua avaliação, para dar ao faraó Neco" (2Rs 23,33-35).

A estratégia de dominação do Egito atingiu as duas esferas fundamentais do Estado — a economia e a política. Assim, ficava claro que Judá estava perdendo a sua posição de nação independente. A intervenção estrangeira não buscou formas

sutis de dominação, ao contrário, foi tão explícita que o próprio texto bíblico mostra a relação entre conjuntura internacional e nacional.

Na economia, a intervenção se deu na imposição do tributo que deveria ser pago ao Egito. Na política, um novo rei é constituído. E Jeoquim reinou de 609 a 598 a.C.

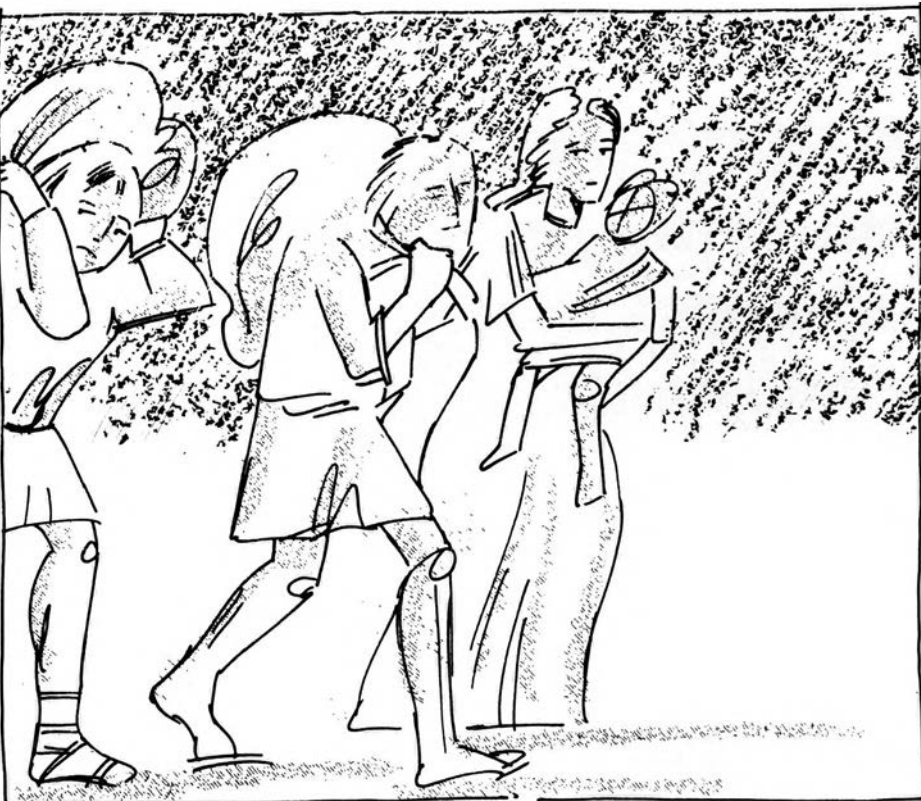
Pacote econômico para o pagamento da dívida

Diferentemente de outros reis que despojaram o templo e o palácio para saldarem suas dívidas com o Estado mais forte, a tradição guardou na memória que Jeoquim despojou o povo da terra. A economia interna foi direcionada para saldar a dívida internacional. O povo da terra tem que pagar a prata e o ouro!

Quem é o povo da terra? É o campesinato judaíta, proprietário de terra. Gente que passava a vida trabalhando no campo produzindo para a cidade, para o Estado (palácio e exército) e o templo. Gente que fazia oposição à cidade, e aos reis que não seguiam o modelo de Davi — o rei pastor. Jeoquim fez pesar sobre os trabalhadores do campo o tributo cobrado pelo Egito. O excedente da produção é para o rei e o Faraó. E o povo? Espoliado!

Medida política para sustentação da monarquia

O poder do rei se estabeleceu de fora para dentro, e a sua legitimidade estava forjada no palácio. Possivelmente Jeoquim



repassa a dívida do Estado para o povo da terra, porque a sua sustentação política não vem do campo, mas sim do Estado estrangeiro. Parece que assim ele assegura internamente a sua aliança com os do templo — sacerdotes e profetas, com os do palácio — príncipes, e com os da cidade de Jerusalém (Jr 26,1-10) contra os anciãos da terra (Jr 26,17).

A voz de Javé

Jeremias era um profeta de Javé nos tempos de Jeoaquim. Ele exerceu a sua vocação de "destruir e edificar" (Jr 1,1-10) desde Josias até o exílio. Não era um homem do templo, do palácio ou da cidade. Era do campo. Jeremias "representa a postura do 'povo da terra'. Em três questões, coincide com os camponeses judaítas: na oposição ao Sião (templo), na expectativa messiânico-davídica e na certeza de que o povo de Deus são os remanescentes na terra de Javé. Mas tem também suas diferenças e críticas ao 'povo da terra'" (Milton Schwantes, *Sofrimento e esperança no exílio*, Sinodal/Paulinas, 1987, pp. 48-49).

É na perspectiva do povo da terra que Jeremias julga Jeoaquim. E o faz tão severamente que o profeta chega a maldizer o enterro e a memória do rei. É um rei que não será lamentado, não será chorado, não será velado. Não passará de um jumento morto, arrastado e jogado bem longe (Jr 22,18s).

Talvez, para que nem os urubus sejam vistos por quem tem a dor da prata e do ouro!

Mas, afinal, como reinou Jeoaquim?

Governou para o palácio e do trabalhador cobrou o suor e o sangue: "Ai daquele que edifica a sua casa com injustiça e os seus aposentos sem direito, que se vale do serviço do seu próximo sem paga e não lhe dá salário" (Jr 22,13s).

Governou para a cidade e do campo extorquiu: "...mas os teus olhos e o teu coração não atentam senão para a tua ganância, para derramar o sangue inocente, e para a violência e extorsão" (Jr 22,17).

Governou para o templo e aos profetas de Javé perseguiu e matou: "E ao profeta Urias que profetizou contra esta cidade e esta terra, o rei Jeoaquim mandou feri-lo à espada, e lançar o cadáver nas sepulturas da plebe" (Jr 26,23s).

Governou para o faraó e de Josias não aprendeu a olhar pelo aflito: "Acaso teu pai (Josias) não comeu e bebeu? Mas ele praticou o juízo e a justiça. (...) Julgou a causa do aflito e do necessitado" (Jr 22,15s).

De Javé, Jeoaquim não ouviu a voz! (Jr 22,21)

"E fez o que era mau perante o Senhor!" (2Rs 23,37)

Conclusão

Hoje, um dos mecanismos de intervenção estrangeira que tira a soberania dos países empobrecidos é a dívida externa. No caso brasileiro, ela tem imposto uma "economia de guerra", com as suas consequências. Expressa-se na ausência de moradias, escolas, alimentação, saúde e dignidade política. Está presente na vida dos trabalhadores; falta apenas dar o nome de *dí-*

vida externa/tributo de prata e ouro à mesa vazia, aos milhões de crianças de rua, ao trabalho sem salário, aos palácios suntuosos, ao sangue inocente encrustado na terra da roça.

A dívida tem sido sinal de dominação econômica e política reproduzida internamente de forma muito cruel. Pois, afinal, quem está pagando esse tributo aos Egípcios de hoje? O templo? O palácio? Não.

"A nossa água por dinheiro a bebemos, nossa pele se esbraseia como um forno, por causa do ardor da fome" (Lm 5,4.10).

Os nossos Jeoaquins têm sido muito fiéis ao sinal da dominação; a nossa economia e política têm sido subservientes aos estranhos que levam a nossa herança (Lm 5,2). Mas Deus não abandona o seu povo. Os profetas de Javé julgam os nossos reis, como aqueles que "têm feito o mau perante o Senhor". E pela fé esperamos que o povo trabalhador e faminto faça chegar o tempo em que a solidariedade, e não a dominação, marque as relações internacionais. E que se faça justiça entre os povos:

"Não cabe que peçamos perdão das dívidas já pagas; cabe-nos que os povos opressores e seus aliados reconheçam suas dívidas e ofensas, se arrependam e se humilhem perante Deus, a fim de que possam ser perdoados e ainda possam viver. Do contrário serão destruídos por seus próprios pecados. A nós compete perdoar aqueles que nos devem e nos têm ofendido." (*Mensagem às Igrejas, Cese/Conic*)

Rosângela Soares de Oliveira é pastora metodista e integrante do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI.



Leia e assine a revista Tempo e Presença

Tempo e Presença é um periódico mensal que acompanha a realidade brasileira e latino-americana na perspectiva da pastoral popular e dos movimentos populares.

Publicada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a revista tem sido um instrumento de reflexão para o ecumenismo comprometido com a construção de uma nova sociedade.

Ficha de Assinante — Revista TEMPO E PRESENÇA

Assinatura anual: ☐ Cz\$ 1.000,00 ☐ Assinatura de apoio: Cz\$ 1.500,00

América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 80 Europa, África e Ásia: US\$ 90

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Data de Nascimento: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 938 — 01238 — São Paulo — SP, ou envie vale postal para Ag. Correio 403911 — Sta. Cecília — SP.

A classe operária, segundo Thompson

A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA INGLESA — 3 VOLS.

E. P. Thompson, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987, 14x20,8 cm.



José Ricardo Ramalho

Fruto de uma percepção inovadora da história e construído a partir de uma prática de trabalho junto a operários e sindicalistas, o trabalho de E. P. Thompson já se transformou numa leitura obrigatória para os que se interessam pela classe operária.

A perspectiva assumida no texto reflete também a trajetória de vida de seu autor. Membro do PC inglês, juntamente com E. J. Hobsbawm e Christopher Hill, rompe com o partido em 1956 por não concordar com a ênfase stalinista e passa a exercer uma militância de esquerda e marxista, mas propositalmente crítica à ortodoxia vigente.

O conceito de classe

A classe operária estava presente ao seu próprio fazer-se, diz Thompson no prefácio, onde estão contidos os principais elementos teóricos do livro, revelando de imediato uma postura crítica às diversas formas de determinismo presentes na historiografia sobre a classe operária. Nesse sentido, é fundamental o tratamento dado ao conceito de classe.

Por classe, afirma o autor, "entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-

prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma 'estrutura', nem mesmo como uma 'categoria', mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas". Mais adiante prossegue: "A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus".

A cultura operária

Tomando esta conceituação como pano de fundo, Thompson faz uma análise das formas como os trabalhadores ingleses, entre 1780 e 1832, "vieram a sentir uma identidade de interesses entre si, e contra seus dirigentes e empregadores". Segundo M. C. Paoli (*Folha de S. Paulo*, 21.11.87, p. A-31), "Thompson mostra como o brutal mundo 'cultural' proposto pela burguesia (da disciplina fabril, da rigidez protestante e puritana, da disciplina psíquica do metabolismo...) fez com que formasse, pontualmente, uma 'cultura alternativa' entre os trabalhadores. (...) A 'experiência' das lutas dos trabalhadores foi simultaneamente a preservação e o rompimento com

o passado: preservação porque dele se extrai a referência moral de um reconhecimento de si na cultura; e rompimento porque, destituídos da tradição, os trabalhadores se voltam para construir um novo significado para suas experiências".

A formação da classe operária inglesa está dividida em três partes. Na primeira são tratadas as tradições populares vigentes no século 18 e sua influência sobre a agitação jacobina de 1790. A segunda parte se refere às experiências de grupos de trabalhadores durante a Revolução Industrial, além de avaliar o caráter da nova disciplina industrial do trabalho e da posição, a esse respeito, da Igreja Metodista. Na terceira parte, Thompson trata da história do radicalismo plebeu, levando-a, através do ludismo, até a época heróica do final das Guerras Napoleônicas.

A atualidade deste trabalho e sua importância para aqueles que no Brasil se preocupam em estudar a classe operária está na forma brilhante com que Thompson consegue recriar "as experiências da vida dos trabalhadores que sofreram a perda de status e liberdade, que resistiram à degradação, mas que em meio a tudo isso produziram também uma cultura e uma consciência política de grande vitalidade".

José Ricardo Ramalho é professor do Departamento de Ciências Sociais do IFCS/UFRJ.

Vivemos um momento da história marcado por aceleradas transformações e profundas crises. Um processo complexo, multidimensional, que afeta os principais aspectos de nossa vida cotidiana e desafia as verdades aparentemente estabelecidas. A realidade está se libertando rapidamente da teoria e das amarras ideológicas envelhecidas. A crise é um momento de destruição de um passado que resiste e criação de um futuro que ainda não nasceu. Qual o impacto destas transformações sobre a classe trabalhadora e os sindicatos? Qual o lugar da América Latina neste novo cenário internacional? Quais os novos caminhos programáticos e organizativos para enfrentar a crise e superá-la? O debate sobre a atual conjuntura e as estratégias de longo prazo, rumo ao século 21, é extremamente oportuno para uma avaliação das novas formas de ação sindical.

